



RENOVA ENERGIA S.A.

Companhia aberta

CNPJ/MF 08.534.605/0001-74

NIRE 35.300.358.295

Senhores acionistas da Renova Energia S.A. ("Companhia" ou "Renova"), em atenção à Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada ("ICVM 481/09"), submetemos à apreciação de V. Sas. a presente Proposta da Administração ("Proposta") para as matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária que se realizará no dia 20 de março de 2014, às 10:00hs, na Avenida Roque Petroni Júnior, nº 999, 4º andar, Vila Gertrudes, CEP 04707-910, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo ("AGOE").

Esta Proposta, em conjunto com os documentos da Administração pertinentes, nos termos da legislação aplicável, encontra-se disponível para consulta na sede da Companhia, na página de Relações com Investidores da Companhia (www.renovaenergia.com.br) e na página da CVM (www.cvm.gov.br).

Seguem abaixo as informações e documentos da Administração relacionados à AGOE:

EM ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA:

1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e aprovar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013.

Conforme aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 17 de fevereiro de 2014, a administração da Companhia submete à apreciação dos acionistas o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras da Companhia e Notas Explicativas, acompanhadas do relatório (parecer) dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013, publicadas em 18 de fevereiro de 2014, nos jornais Diário Oficial do Estado de São Paulo e Valor Econômico, na forma da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

Os comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 10 do Formulário de Referência, em atendimento ao artigo 9º da ICVM 481/09 seguem nos termos do Anexo I à presente Proposta.

2. *Deliberar sobre a proposta de destinação dos resultados do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013.*

As informações do Anexo 9-1-II da ICVM 481/09 estão contempladas no Anexo II à presente Proposta.

3. *Fixar a remuneração anual global dos administradores para o exercício social de 2014.*

A Administração da Companhia propõe que a remuneração global e anual dos administradores para o exercício social de 2014 seja de até R\$10.818.570,46 (dez milhões oitocentos e dezoito mil, quinhentos e setenta reais e quarenta e seis centavos), sendo todo este valor utilizado para a remuneração dos membros da Diretoria. Os membros do Conselho de Administração não serão remunerados.

Nos termos do artigo 12, II, da ICVM 481/09, as informações indicadas no item 13 do Formulário de Referência estão contempladas no Anexo III à presente Proposta.

4. *Eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia, bem como dispensar, em relação a determinados membros a serem eleitos, dos requisitos previstos no parágrafo 3º do artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações.*

A Administração da Companhia propõe a eleição dos seguintes membros para compor Conselho de Administração:

(i) **Sr. Ricardo Lopes Delneri**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 9.957.356-8 SSP/SP, inscrito no CPF/MF nº 157.602.498-94, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Avenida Roque Petroni Junior, nº 1089, 11ª andar, sala 1101, Jardim das Acácias, CEP 04707-000, como membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia.

(ii) **Sr. Vinicius Santos Silva**, brasileiro, casado, engenheiro de telecomunicações, portador da cédula de identidade RG nº 56.895.415-4 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 071.121.897-80, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Avenida Roque Petroni Junior, nº 1089, 11ª andar, sala 1101, Jardim das Acácias, CEP 04707-000, como membro suplente do Conselho de Administração.

(iii) **Sr. Renato do Amaral Figueiredo**, brasileiro, solteiro, engenheiro, portador da cédula de identidade RG nº 18.784.129 SSP/SP, inscrito no CPF/MF nº 146.623.258-70, residente e domiciliado na São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório com escritório na Avenida Roque Petroni Junior, nº 1089, 11ª andar, sala 1101, Jardim das Acácias, CEP 04707-000, como membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia.

(iv) **Sr. Daniel Teruo Famano**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula identidade RG nº 27.114.622-9 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 299.262.938-32, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Avenida Roque Petroni Junior, nº 1089 - 11ª andar, sala 1101, Jardim das Acácias, CEP 04707-900, como membro suplente do Conselho de Administração.

(v) **Sr. Evandro Leite Vasconcelos**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da cédula de identidade nº 29657 CREA/MG, inscrito no CPF/MF nº 251.704.146-68, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com escritório na Avenida Marechal Floriano, nº 168, Centro, CEP 20080-002, como membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia.

(vi) **Sr. Tiago de Sousa Guedes**, brasileiro, solteiro, economista, portador da cédula de identidade RG nº 20.960.229-1 – DIC, inscrito no CPF/MF sob o nº 105.038.497-07, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com escritório na Avenida Marechal Floriano, 168 - Bloco 4 - 2º andar, Centro, CEP 20080-002, como membro suplente do Conselho de Administração.

(vii) **Sr. André Rocha Mahmoud**, brasileiro, contador, casado, portador da cédula de identidade RG nº 06.976.658-2 IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 851.819.517-91, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com escritório na Avenida Marechal Floriano, nº 168, 2º andar, Centro, CEP 20080-002, como membro efetivo do Conselho de Administração.

(viii) **Sra. Ana Silvia Corso Matte**, brasileira, advogada, solteira, portadora da Cédula de Identidade RG nº 10.355.696 – 5 IFP/RJ, inscrita no CPF/MF sob o nº 263.636.150-20, residente e domiciliada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com escritório na Avenida Marechal Floriano, nº 168, 2º andar, Centro, CEP 20080-002, como membro suplente do Conselho de Administração.

(ix) **Sr. Gilberto José Cardoso**, brasileiro, casado, engenheiro eletricista, portador da cédula de identidade CREA/MG 35198, inscrito no CPF/MF nº 278.407.606-78, residente e domiciliado na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, com escritório na Avenida Barbacena, nº 1.200, 9º andar, Santo Agostinho, CEP 30190-131, como membro efetivo do Conselho de Administração.

(x) **Sr. Douglas Braga Ferraz**, brasileiro, casado, engenheiro eletricista, portador da cédula de identidade RG nº M4 841977, inscrito no CPF/MF sob o nº 788.887.516-53, residente e domiciliado na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Barbacena, nº 1.200, 9º andar, Santo Agostinho, CEP 30190-131, como membro suplente do Conselho de Administração.

(xi) **Sr. Luiz Fernando Rolla**, brasileiro, casado, engenheiro eletricista, portador da cédula de identidade RG nº MG-1.389.219 SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 195.805.686-34, residente e domiciliado na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Barbacena, nº 1.200, 9º andar, Santo Agostinho, CEP 30190-131, como membro efetivo do Conselho de Administração.

(xii) **Sr. Marcelo Pereira de Carvalho**, brasileiro, solteiro, economista, portador da cédula de identidade RG nº MG-4645215 SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 720.444.116-87, residente e domiciliado na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Barbacena, nº 1.200, 9º andar, Santo Agostinho, CEP 30190-131, como membro suplente do Conselho de Administração.

(xiii) **Sr. Geoffrey David Cleaver**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 9.267.033 SSP/SP, inscrito no CPF/MF nº 063.631.758-79, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Avenida Paulista, nº 688, 6º andar, CEP 01310-100, como membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia.

(xiv) **Sr. Carlos José Teixeira Correa**, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade RG nº 759.370 SSP/DF, inscrito no CPF/MF sob o nº 844.493.577-87, residente e

domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Avenida Paulista, nº 688, 6º andar, CEP 01310-100, como membro suplente do Conselho de Administração.

(xv) **Sr. Rodrigo Matos Huet de Bacellar**, brasileiro, casado, engenheiro de produção, portador da cédula de identidade 020.834.104-0, DETRAN-DIC RJ, e inscrito no CPF/MF sob o nº 068.386.827-61, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com escritório na Avenida República do Chile, nº 100, 8º andar, CEP 20139-900, como membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia.

(xvi) **Sr. Joaquim Dias de Castro**, brasileiro, divorciado, economista, portador da cédula de identidade RG nº 604.368.013-8, SJS/RS, inscrito no CPF/MF sob nº 909.933.140-15, domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com escritório na Avenida República do Chile, nº 100, 13º andar, Centro, CEP, 20139-900, como membro suplente do Conselho de Administração.

(xvii) **Sr. Alexandre Braghetta**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade RG nº 15.841.107 SSP-SP, inscrito no CPF/MF nº 136.417.308.56, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Avenida São Gabriel, nº 477, 6º andar, CEP 01435-001, como membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia.

A Administração da Companhia propõe a dispensa dos membros indicados nos itens (xvii) e (xviii) dos requisitos previstos no parágrafo 3º do artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações, tendo em vista que: **(i)** o Sr. **Rodrigo Matos Huet de Bacellar** mantém vínculo de subordinação com a BNDES Participações S.A. - BNDESPAR, subsidiária integral do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES ("BNDESPAR") que indica conselheiros de administração das empresas AES Tietê S.A. e COPEL – Companhia Paranaense de Energia, que são empresas potencialmente concorrentes da Companhia; e **(ii)** o Sr. **Joaquim Dias de Castro** compõe o Conselho Fiscal da AES Tietê S.A. e AES Eletropaulo, empresas potencialmente concorrentes da Companhia, bem como mantém vínculo de subordinação com a BNDESPAR.

Observado o acima exposto, os Srs. **Rodrigo Matos Huet de Bacellar** e **Joaquim Dias de Castro** estão em condições de firmar suas respectivas declarações na forma do disposto no artigo 2º da Instrução CVM nº 367, de 29 de maio de 2002 e no parágrafo 3º do artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações, que serão assinadas ao tomarem posse.

Os membros indicados acima, caso eleitos, terão mandato de 2 (dois) anos, observado o Estatuto Social da Companhia.

A Companhia terá 9 (nove) membros efetivos para o Conselho de Administração, dos quais 2 (dois) serão membros independentes, sendo eles os Srs. Alexandre Braghetta e Rodrigo Matos Huet de Bacellar.

Assumindo que: **(i)** possivelmente teremos um *quórum* de instalação igual ao verificado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 19 de abril de 2013 ("AGO 2013"), em que compareceram acionistas representando 87,59% do capital social, que seria equivalente a 137.428.019 ações ordinárias de emissão da Companhia na data de hoje; e **(ii)** temos um conselho de administração formado por 9 (nove) membros:

Voto múltiplo e eleição em separado pelos minoritários

Caso seja realizado o processo de voto múltiplo (desde que cumpridos os requisitos constantes do artigo 141 da Lei das Sociedades por Ações e na Instrução CVM nº 165) e caso não haja votação em separado nos termos do artigo 141, §§4º e 5º da Lei das Sociedades por Ações, aplicando a fórmula:

$X > (a.b.c) : (a+1)$, onde:

a = número total de conselheiros a serem eleitos

b = número total de conselheiros que se deseja eleger

c = número total de ações votantes presentes à assembleia

x = número mínimo que garante a eleição de conselheiros

Serão necessários, pelo menos, 123.685.217 votos para garantir a eleição de 1 membro do conselho de administração da Companhia.

Caso, além do voto múltiplo, haja votação em separado determinada pela maioria dos titulares que detenham pelo menos: (a) 15% do total de ações com direito a voto de emissão da Companhia, (b) 10% do total das ações preferenciais, nos termos do artigo 141, §4º da Lei 6.404/76; ou ainda (c) 10% do total de ações do capital total da Companhia, nos termos do artigo 141, §5º da Lei 6.404/76: (i) as ações detidas pelos acionistas que optaram pela votação em separado serão excluídas do número de ações votantes presentes à assembleia, para fins do cômputo do voto múltiplo acima; e (ii) o grupo de controle da Companhia terá direito a eleger conselheiros em número igual ao dos eleitos pelos demais acionistas, mais um.

Votação majoritária

Caso ocorra a eleição dos membros do conselho de administração da Companhia pela votação majoritária, nos termos do art. 129 da Lei das Sociedades por Ações, serão eleitos todos os membros indicados pelo grupo controlador da Companhia e pelo BNDES Participações S.A.

Para mais informações sobre os membros efetivos e suplentes do Conselho de Administração acima indicados, vide documentos constantes do Anexo IV à presente Proposta (itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência).

EM ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA:

1. *Ratificar a eleição dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal da Brasil PCH S.A. e suas controladas, cuja composição é a seguinte:*

1.1. Conselho de Administração da Brasil PCH S.A.:

(i) **Carlos Mathias Aloysius Becker Neto**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade RG nº 3.493.529-7 SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 809.607.829-15, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Avenida Roque Petroni Júnior, nº 999, 4º andar, Vila Gertrudes, CEP 04707-910, como membro efetivo do Conselho de Administração.

(ii) **Gilberto José Cardoso**, brasileiro, casado, engenheiro eletricista, portador da cédula de identidade CREA/MG 35198, inscrito no CPF/MF nº 278.407.606-78, residente e domiciliado na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, com escritório na Avenida Barbacena, nº 1.200, 9º andar, Santo Agostinho, CEP 30190-131, como membro suplente do Conselho de Administração.

1.2. Conselho Fiscal da Brasil PCH S.A.:

(i) **Sr. Artur Carlos das Neves**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula identidade RG nº 7.171.076 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 670.005.768-04, residente e domiciliado na Cidade de São Caetano do Sul, Estado de São Paulo, com endereço na Rua José Benedetti, nº 18 – apto. 92, CEP 09531-000, como membro efetivo do Conselho de Fiscal.

(ii) **Flávio de Almeida Araújo**, brasileiro, casado, contador, portador da cédula de identidade CRC-MG nº 86861/O-7, inscrito no CPF/MF sob o nº 045.915.356-06, residente e domiciliado na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, com escritório na Rua José de Alencar, nº 984 – apto. 401, Nova Suíssa, CEP 30421-148, como membro suplente do Conselho Fiscal.

1.3. Diretoria da Brasil PCH S.A. e suas controladas:

(i) **Sr. Leonardo de Pinho Tavares**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de Identidade RG nº MG-164070 SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 194.967.616-15, residente e domiciliado na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, com endereço na Rua Conselheiro Lafaiete Coutinho, nº 2079, apto. 1001, Bloco A, Sagrada Família, CEP 31035-560.

São Paulo, 17 de fevereiro de 2014.

Ricardo Lopes Delneri
Presidente do Conselho de Administração

ANEXO I

COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES

ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos Diretores da Companhia.

Todas as informações prestadas neste item são com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011, 2012 e 2013 não refletindo, portanto, quaisquer informações financeiras consolidadas da Brasil PCH e suas controladas. Para informações sobre os riscos relativos à consolidação das demonstrações financeiras da Companhia e da Brasil PCH vide item 4.1(a) deste Formulário de Referência, vide fator de risco *“As demonstrações financeiras da Companhia não refletem os efeitos contábeis da recente aquisição da Brasil PCH”*.

Para mais informações sobre a aquisição da Brasil PCH, ver item 6.5 deste Formulário de Referência, bem como o item 10.11 deste Formulário de Referência para informações financeiras pró-forma não auditadas do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013. As informações financeiras pró-forma não auditadas foram preparadas assumindo a premissa de que a aquisição da Brasil PCH tivesse sido consumada em 1º de janeiro de 2013.

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

A Companhia atua em um setor de capital intensivo e sua geração de caixa operacional, proveniente de projetos atualmente em operação, e consequentes dividendos pagos pelas Sociedades de propósito específico (“SPEs”) operacionais para a controladora Renova Energia S.A., não são suficientes para a execução de seus investimentos em novos ativos de geração com energia contratada nos mercados regulado e livre.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro 2011, 2012 e 2013, a receita operacional líquida da Companhia foi de R\$36,6 milhões, R\$115,6 milhões e R\$226,0 milhões, respectivamente, sendo composta durante o ano de 2011 exclusivamente pelos contratos de compra e venda de energia das pequenas PCHs da Companhia, e a partir do terceiro trimestre de 2012 também pela receita dos parques eólicos do Complexo Eólico Alto Sertão I.

Para fazer frente aos investimentos necessários na construção e implantação dos novos ativos de geração, a Companhia utiliza operações de financiamento de longo prazo na modalidade *Project Finance*. Nesta modalidade, o volume de financiamento é dimensionado de acordo com o fluxo de receitas provenientes de contratos de venda de energia de longo prazo, adotando índices de cobertura de serviço da dívida adequados à capacidade de pagamento destes investimentos. Os financiamentos do BNDES da linha FINEM, destinados à construção de ativos de energia por fonte eólica, por exemplo, exigem um índice de cobertura de serviço da dívida mínimo de 1,3 durante o prazo total do financiamento (o índice de cobertura é calculado a partir da divisão da geração de caixa do ano somada ao saldo final do caixa do ano anterior pelo serviço da dívida, que é composto pela amortização do principal e pagamento de juros no ano). Ou seja, o financiamento é dimensionado para que possa ser servido integralmente pela geração de caixa do próprio ativo de geração. Consequentemente, este tipo de financiamento tipicamente varia entre 60% e 75% do total do investimento.

Em 31 de dezembro de 2013, o total de financiamento de longo prazo contratado junto ao BNDES era de R\$929,9 milhões (sem incluir os empréstimos pontes tomados junto ao BNDES).

Na mesma data, o saldo financiado com o BNB para as PCHs da Companhia era de R\$102,2 milhões.

Para complementar a geração de caixa operacional e os financiamentos na modalidade *Project Finance* para o investimento nos projetos de geração de energia, a Companhia buscou recursos da seguinte forma:

- (i) 2011: (a) aumento de capital para investimento da Light no valor de R\$376,0 milhões, homologado pelo Conselho de Administração da Companhia em 25 de outubro de 2011, que fortaleceu a estrutura financeira da Companhia e a sua representatividade no setor, ao contar com um acionista estratégico de grande porte e (b) emissão de notas promissórias no valor de R\$150,0 milhões junto ao Banco Votorantim;
- (ii) 2012: (a) emissão de debêntures no valor de R\$301,8 milhões, liquidada em 11 de outubro de 2012 e (b) aumento de capital para investimento da BNDESPAR no valor de R\$314,7 milhões, homologado pelo Conselho de Administração da Companhia em 02 de outubro de 2012;
- (iii) 2013: (a) emissão de empréstimos pontes junto ao BNDES no valor de R\$600,0 milhões; (b) emissão de notas promissórias com o Itaú no valor de R\$400,0 milhões. Esses empréstimos serão quitados na data de desembolso do contrato de financiamento de longo prazo, que será assinado entre a Companhia e o BNDES oportunamente; e (c) contratação de financiamento junto à Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, no valor de até R\$108,0 milhões, que foi assinado, porém ainda não foi desembolsado

Em 31 de dezembro de 2013, a dívida líquida da Companhia totalizava R\$2,0 bilhões ao passo que atingiu R\$895,4 milhões em 2012 e R\$519,4 milhões em 2011, nas datas de encerramento dos respectivos exercícios sociais. A relação dívida líquida/patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011 foi de 2,02, 0,90 e 0,76, respectivamente.

O índice de liquidez corrente (passivo circulante dividido pelo ativo circulante) em 31 de dezembro de 2013 era de 3,13 (0,55 em dezembro de 2012 e 0,43 em 31 de dezembro de 2011). Vale ressaltar que o saldo de financiamentos no curto prazo de R\$1.031,4 milhões é referente aos empréstimos pontes tomados junto ao BNDES e da emissão de notas promissórias, que serão substituídas pelo contrato de financiamento de longo prazo a ser assinado entre a Companhia e o BNDES oportunamente, o que irá alongar a dívida da Companhia.

Desta forma, considerando as informações acima, a Diretoria da Companhia entende que a Companhia, levando em consideração o estágio de desenvolvimento de seus projetos, apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para fazer frente ao seu plano de negócios.

b) estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas:

A Diretoria entende que a atual estrutura de capital da Companhia apresenta níveis de alavancagem satisfatórios, em linha com a prática de mercado e de acordo com o grau de desenvolvimento da Companhia.

O setor de geração de energia requer uso intensivo de capital. Os investimentos são tipicamente viabilizados pela existência de contratos de venda de energia de longo prazo que permitem relativa previsibilidade das receitas futuras, condição fundamental para que uma parcela importante do investimento possa ser financiado também no longo prazo por terceiros. Notadamente a modalidade de *Project Finance* permite que a Companhia financie tipicamente de 60% a 75% de seus investimentos, o que explica a estrutura de capital ter uma parcela maior formada por capital de terceiros.

Fontes de recursos para investimentos (em R\$ mil)	31 de dezembro de 2013	AV %	31 de dezembro de 2012		31 de dezembro de 2011*	AV %
					(Reapresentado)	
Capital de terceiros ¹	2.390.256	72,8%	1.503.522	60,3%	909.215	57,1%
Capital próprio ²	1.000.600	27,2%	991.397	39,7%	681.954	42,9%
Total	3.390.815	100,0%	2.494.919	100,0%	1.591.169	100,0%

(1) Capital de Terceiros corresponde à soma das seguintes linhas dos grupos do passivo circulante e não circulante: empréstimos e financiamentos, encargos sobre empréstimos e debêntures.

(2) Capital Próprio corresponde à soma das seguintes linhas do patrimônio líquido: capital social, gastos com emissões de ações, reserva de capital e prejuízos acumulados.

(*) As demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 sofreram alguns ajustes e reclassificações devido à mudança do auditor independente da Companhia e, portanto, foram reapresentadas e republicadas.

Em 31 de dezembro de 2013, o endividamento total da Companhia era de R\$2,4 bilhões, sendo que R\$41,9 milhões eram referentes às operações de financiamento para os projetos eólicos, tanto de longo prazo como empréstimos pontes e notas promissórias e R\$102,2 milhões eram referentes às PCHs da Companhia. Também compõe o endividamento uma emissão de debêntures da Companhia no valor de R\$338,1 milhões. O custo de emissão foi de R\$11,3 milhões.

Em 31 de dezembro de 2012, R\$1,2 bilhão do endividamento total de R\$1,5 bilhão eram referentes às operações de financiamento de longo prazo na modalidade *Project Finance*, sendo que R\$1,1 bilhão eram referentes aos projetos eólicos e R\$108,6 milhões eram referentes às PCHs da Companhia. No mesmo período, R\$307,3 milhões do endividamento eram referentes à emissão das debêntures da Companhia. O custo de emissão foi de R\$12,1 milhões.

Em 31 de dezembro de 2011, R\$764,4 milhões do endividamento total de R\$909,2 milhões eram referentes às operações de financiamento de longo prazo na modalidade *Project Finance*, sendo que R\$652,1 milhões eram referentes aos projetos eólicos e R\$112,3 milhões eram referentes às PCHs da Companhia. No mesmo período, R\$151,0 milhões do endividamento referente à emissão das notas promissórias comerciais com o Banco Votorantim foi contraído pela Companhia, que possuía recursos disponíveis suficientes para sua quitação e mantinha posição de caixa e equivalentes de caixa de R\$389,8 milhões. O custo de emissão foi de R\$6,2 milhões.

i) hipóteses de resgate de ações;

Não existem outras hipóteses de resgate de ações de emissão da Companhia além das previstas na Lei das S.A.

ii) fórmula de cálculo do valor de resgate;

Não aplicável, tendo em vista que não há hipóteses de resgate de ações de emissão da Companhia além das previstas na Lei das S.A.

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Considerando o perfil de endividamento da Companhia, conforme descrito nos itens 10.1.(a) e 10.1.(b), o fluxo de caixa estimado e a posição de liquidez, a Companhia acredita ter liquidez e recursos de capital suficientes para honrar os compromissos financeiros assumidos, tais como investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos, conforme detalhado nos itens (a) e (b) acima.

A seguir, é apresentada a posição de ativo circulante contra os compromissos financeiros representados no passivo circulante.

No final do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possuía R\$441,6 milhões de ativo circulante e R\$1,4 bilhão de passivo circulante, gerando um déficit de R\$939,3 milhões. Importante ressaltar, que o montante de R\$1,0 bilhão que hoje está alocado no passivo circulante será substituído por um contrato de financiamento de longo prazo a ser celebrado entre a Companhia e o BNDES oportunamente.

No final do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possuía R\$699,3 milhões de ativo circulante e R\$370,3 milhões de passivo circulante, gerando um superávit de R\$299,0 milhões.

No final do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, a Companhia possuía R\$411,8 milhões de ativo circulante e R\$178,7 milhões de passivo circulante, gerando um superávit de R\$233,1 milhões.

Os fluxos de caixa das atividades operacionais de investimento e de financiamento da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011, 2012 e 2013 estão apresentados na tabela a seguir:

**Exercício social encerrado em 31 de dezembro de
(em R\$ mil)**

	2013	2012	2011
Fluxo de caixa das atividades operacionais	89.288	(21.589)	(9.627)
Fluxo de caixa das atividades de investimento	(1.369.824)	(599.775)	(733.737)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	805.012	839.640	1.114.641
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	(475.524)	218.276	371.277
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	608.122	389.846	18.569
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	132.598	608.122	389.846

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 o caixa da Companhia reduziu R\$475,5 milhões em função de:

- Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais de R\$89,3 milhões;
- Consumo de caixa no valor de R\$1,4 bilhão em investimentos, principalmente em função dos desembolsos para construção do Complexo Eólico Alto Sertão II;
- Entrada de caixa de R\$805,0 milhões em financiamentos em função dos empréstimos pontes tomados junto ao BNDES e da emissão de Notas Promissórias, parcialmente compensado pelo pagamento de outros empréstimos em aberto.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 o caixa da Companhia aumentou R\$218,3 milhões em função de:

- Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais de R\$21,6 milhões;
- Consumo de caixa no valor de R\$599,8 milhões em investimentos, principalmente em função dos desembolsos para construção do Complexo Eólico Alto Sertão I;
- Entrada de caixa de R\$839,6 milhões em financiamentos em função dos empréstimos para financiar a construção do Complexo Eólico Alto Sertão I.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 o caixa da Companhia aumentou R\$371,3 milhões em função de:

- Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais de R\$ 9,6 milhões;
- Consumo de caixa no valor de R\$733,7 milhões em investimentos, principalmente em função dos desembolsos para construção do Complexo Eólico Alto Sertão I;
- Entrada de caixa de R\$1,1 bilhão em financiamentos em função dos empréstimos para financiar a construção do Complexo Eólico Alto Sertão I.

d) formas de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Para a implantação dos empreendimentos de geração em construção, a Companhia captou recursos por meio de contratos financeiros de curto e longo prazos, além de levantar recursos por meio de aumento de capital, conforme descrito acima. Dos recursos captados pela Companhia por meio de financiamentos, a maior parte é alocada em sociedades de propósito específico titulares das autorizações para a exploração do serviço de energia elétrica e dos respectivos contratos de compra e venda dessa energia. Tais financiamentos são obtidos junto a bancos de desenvolvimento e agências de fomento, tais como o BNDES, BNB e FINEP, assim como instituições financeiras. Adicionalmente, a Companhia emitiu debêntures simples não conversíveis em ações e notas promissórias.

A Companhia privilegia a contratação de linhas de financiamento denominadas em Reais, de forma a evitar exposição a riscos de câmbio. A Companhia não apresenta investimentos relevantes em ativos não circulantes, não havendo necessidade de capital de giro para tal finalidade.

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia pretende manter a estratégia de captação de financiamentos principalmente de longo prazo, diretamente ou por meio de suas sociedades de propósito específico titulares das autorizações para a exploração do serviço de geração de energia elétrica e dos respectivos contratos de compra e venda dessa energia junto a bancos de desenvolvimento e entidades de fomento, tais como o BNDES, assim como instituições financeiras e privilegiar a contratação de linhas de financiamento denominadas em Reais, de forma a evitar exposição a riscos de câmbio. A modalidade de *Project Finance* deve continuar a ser a mais importante.

A Companhia não possui ativos não circulantes além dos investimentos mencionados acima, e por isso não precisa de financiamento além dos já descritos.

f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas

i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes;

A tabela a seguir demonstra a evolução do endividamento consolidado da Companhia nas respectivas datas:

Contrato	Taxa	Em 31 de dezembro de (em R\$ mil)		
		2013	2012	2011
BNDES Salvador Eólica	TJLP + 1,92%	619.381	630.836	-
BNDES (subcrédito social)	TJLP	5.439	4.064	-
BNDES Bahia Eólica	TJLP + 2,18%	305.064	314.625	-
BNDES Nova Renova	TJLP + 2,98%	625.226	150.270	-
Itaú (Notas Promissórias)	DI + 0,98%	406.147	-	-
BNB	9,5% a.a.	102.191	108.607	116.848
Debêntures	123,45% do CDI	338.086	307.257	-
IFC - Banco Santander	100,0% do CDI + 2,5% a.a.	-	-	15.941
Total do endividamento¹		2.401.534	1.515.659	132.789
Custo de captação		(11.278)	(12.137)	(6.181)
End. líquido dos custos		2.390.256	1.503.522	126.608

1: O montante difere do apresentado no item 3.7 e 3.8 deste Formulário de Referência, pois considera somente as linhas de Empréstimo e Financiamento e Debêntures do balanço. As demais linhas do passivo não são consideradas como empréstimos e financiamentos relevantes.

Contratos BNDES

Em 5 de maio de 2011, as controladas Pajeú do Vento, Planaltina, Porto Seguro, Nossa Senhora da Conceição, Guirapá, Serra do Salto, Guanambi, Alvorada e Rio Verde, com a interveniência da controlada Salvador Eólica tomaram financiamentos junto ao BNDES no montante total de R\$586,7 milhões. Os financiamentos possuem taxas de juros de 1,92% a.a. + TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo), e 16 anos de prazo de amortização, vencendo-se a primeira parcela em 15 de maio de 2013 e a última em 15 de abril de 2029. Os nove parques totalizam 195,2 MW de capacidade instalada e 84MW médios de energia firme contratada. Em 31 de dezembro de 2013, o montante total liberado foi de R\$578.604.

O total financiado para os parques Porto Seguro e Serra do Salto inclui o subcrédito “D”, destinado a investimentos sociais, no valor total de R\$6,4 milhões. O financiamento está indexado à TJLP, tem até dois anos de carência de juros e principal e seis anos de prazo de amortização.

Em 6 de dezembro de 2011, as controladas Candiba, Igaporã, Ilhéus, Licínio de Almeida e Pindaí, com interveniência da controlada Bahia Eólica, tomaram financiamentos junto ao BNDES no valor total de R\$297,4 milhões. Os financiamentos possuem taxas de juros de 2,18% a.a. + TJLP (Taxa

de Juros de Longo Prazo) e 16 anos de prazo de amortização, vencendo-se a primeira parcela em 15 de abril de 2013 e a última em 15 de março de 2029. Os cinco parques totalizam 98,8MW de capacidade instalada e 42,5MW médios de energia firme contratada. Em 31 de dezembro de 2013, o montante total liberado foi de R\$295,4 milhões.

O total financiado para os parques Candiba e Ilhéus inclui o subcrédito “C”, destinado a investimentos sociais, no valor total de R\$3,0 milhões. O financiamento está indexado a TJLP, tem até dois anos de carência de juros e principal e seis anos de prazo de amortização.

São garantias de todos os contratos do BNDES o penhor de ações das controladas, a cessão fiduciária de direitos creditórios e emergentes, alienação fiduciária de bens, fiança bancária durante a construção e 1º ano de operação comercial, e contas reserva no valor de três meses de serviço da dívida e três meses de operação e manutenção. Esta operação estabelece que o índice ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) = [(geração de caixa da atividade + saldo final de caixa do ano anterior) / serviço da dívida] deve ser maior ou igual a 1,3.

Contrato BNB

A controlada Espira, com interveniência da controlada Enerbrás, contratou financiamento junto ao BNB em 30 de junho de 2006, no valor total de R\$120,1 milhões. O financiamento possui taxa de juros de 9,5% a.a. (podendo ser reduzido a 8,08% devido a 15% de bônus de adimplência) exigíveis mensalmente no dia 30 de cada mês. O contrato tem vencimento em 30 de junho de 2026. O montante contratado foi totalmente liberado.

São garantias deste financiamento a hipoteca de imóveis do Complexo Serra da Prata, o penhor de ações da Enerbrás, o penhor dos direitos emergentes das Resoluções Autorizativas, o direito de receber todos e quaisquer valores que, efetiva ou potencialmente, estejam ou venham a se tornar exigíveis e pendentes de pagamento pelo Poder Concedente à Espira, todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos das respectivas Resoluções Autorizativas e fundo de liquidez em conta reserva.

Debêntures simples não conversíveis em ações

A 2ª emissão de Debêntures da Companhia possui as seguintes características:

Forma e Classe	Saldo em 31 de dezembro de 2013	Encarg	Vencimento
Moeda Nacional			
Debêntures da 1ª Série – 2ª emissão	11.269	123,45	17 de setembro de 2014
Debêntures da 2ª Série – 2ª emissão	39.301	123,45	17 de setembro de 2015
Debêntures da 3ª Série – 2ª emissão	30.428	123,45	17 de setembro de 2016
Debêntures da 4ª Série – 2ª emissão	32.682	123,45	17 de setembro de 2017
Debêntures da 5ª Série – 2ª emissão	39.443	123,45	17 de setembro de 2018
Debêntures da 6ª Série – 2ª emissão	64.236	123,45	17 de setembro de 2019
Debêntures da 7ª Série – 2ª emissão	42.824	123,45	17 de setembro de 2020

Debêntures da 8ª Série – 2ª emissão	39.443	123,45	17 de setembro de 2021
Debêntures da 9ª Série – 2ª emissão	<u>48.460</u>	123,45	17 de setembro de 2022
Total	338.086		

Em 11 de outubro de 2012 ocorreu a liquidação financeira da 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantia adicional real, em nove séries, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da instrução CVM nº 476, sob o regime de garantia firme, no valor total de R\$301,9 milhões e prazo total de 10 anos, vencendo em 17 de setembro de 2022.

As debêntures serão remuneradas a uma taxa de juros de 123,45% do CDI. A amortização de principal e juros ocorre apenas no vencimento de cada série (*bullet*). A Companhia poderá resgatar as debêntures a qualquer momento e a seu critério a partir de 17 de setembro de 2014. Os recursos captados por meio desta emissão são destinados ao reforço de caixa e/ou investimentos nos projetos do LER 2010 e/ou LEN 2011.

São garantias das debêntures a alienação fiduciária de 100% das ações da Enerbras de titularidade da Companhia e a cessão fiduciária de bens e direitos e quaisquer recursos depositados em conta vinculada mantida no Banco do Brasil proveniente do fluxo de dividendos distribuídos pelas controladas Enerbras e Nova Renova.

BNDES – Empréstimos Pontes

Em 07 de junho de 2013, as controladas indiretas da Companhia indicadas abaixo celebraram contrato de financiamento com o BNDES, no montante de R\$600,0 milhões. Os recursos deste financiamento são destinados à implantação dos parques eólicos do LER 2010 e LEN 2011. O vencimento do principal da dívida decorrente deste Contrato será pago ao BNDES em prestação única em 15 de junho de 2014.

São garantias do financiamento o penhor de ações da Renova Eólicas Participações S.A. Sobre o principal da dívida incidirão juros de 2,98% ao ano acima da TJLP.

Companhias	Valor (em R\$ mil)
Centrais Eólicas dos Araças S.A.	64.000
Centrais Eólicas da Prata S.A.	43.750
Centrais Eólicas Morrão S.A.	60.500
Centrais Eólicas Seraíma S.A.	64.000
Centrais Eólicas Tanque S.A.	60.500
Centrais Eólicas Ventos do Nordeste S.A.	43.750
Centrais Eólicas Ametista S.A.	37.000
Centrais Eólicas Borgo S.A.	25.500
Centrais Eólicas Caetité S.A.	32.000
Centrais Eólicas Dourados S.A.	31.000
Centrais Eólicas Espigão S.A.	11.000
Centrais Eólicas Maron S.A.	48.000
Centrais Eólicas Pelourinho S.A.	22.000
Centrais Eólicas Pilões S.A.	40.000
Centrais Eólicas Serra do Espinhaço S.A.	17.000
Total	600.000

Notas promissórias

Em 05 de novembro de 2013, as controladas indiretas da Companhia indicadas abaixo emitiram notas promissórias comerciais, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, no montante de R\$400,0 milhões e nos termos da instrução CVM nº 476.

Sobre as notas promissórias incidirão juros remuneratórios estabelecidos com base na variação acumulada de 100% das taxas médias diárias da DI – Depósitos interfinanceiros de uma dia, “over extra grupo”, acrescida exponencialmente de *spread* de 0,98% a.a.

O vencimento das notas promissórias comerciais será em 04 de maio de 2014. É garantia das notas promissórias, garantia fidejussória pela Companhia por meio de aval para a totalidade das obrigações a serem assumidas pelas controladas.

Os recursos da emissão foram destinados à implementação de quinze parques eólicos, conforme quadro abaixo:

Companhias	Nota Promissória		
	Quantidade	Valor unitário (em R\$ mil)	Total (em R\$ mil)
Centrais Eólicas da Prata S.A.	2	7.000	14.000
Centrais Eólicas dos Araças S.A.	2	8.000	16.000
Centrais Eólicas Morrão S.A.	4	6.250	25.000
Centrais Eólicas Seraíma S.A.	3	7.000	21.000
Centrais Eólicas Tanque S.A.	2	9.500	19.000
Centrais Eólicas Ventos do Nordeste S.A.	2	6.000	12.000
Centrais Eólicas Ametista S.A.	5	8.600	43.000
Centrais Eólicas Borgo S.A.	5	6.200	31.000
Centrais Eólicas Caetité S.A.	8	6.250	50.000
Centrais Eólicas Dourados S.A.	5	8.000	40.000
Centrais Eólicas Espigão S.A.	4	5.250	21.000
Centrais Eólicas Maron S.A.	5	4.200	21.000
Centrais Eólicas Pelourinho S.A.	5	7.600	38.000
Centrais Eólicas Pilões S.A.	4	4.000	16.000
Centrais Eólicas Serra do Espinhaço S.A.	4	8.250	33.000
Total			400.000

FINEP

Em 19 de dezembro de 2013, a Centrais Elétricas Itaparica S.A., controlada indireta da Companhia, celebrou contrato de financiamento com a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP

("FINEP") no valor de até R\$108,0 milhões e com vencimento em 15 de janeiro de 2024. Sobre o principal incidirão juros de 3,5% ao ano.

São garantias do financiamento, fiança bancária no valor de 50% de cada liberação, fiança corporativa da Companhia e alienação fiduciária de equipamentos adquiridos com os recursos do financiamento.

Os recursos desse financiamento de inovação tecnológica são destinados ao desenvolvimento de estudos e pesquisas com a implantação de uma usina pioneira de geração e distribuição de energia híbrida (solar e eólica) e ainda não foram desembolsados.

ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras;

Em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011, a Companhia não possuía outras relações de longo prazo com instituições financeiras, além das mencionadas no item (i) acima.

iii) grau de subordinação entre as dívidas;

Exercício social encerrado em 31

de dezembro de 2013 (em R\$ mil)	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Garantia real	1.111.373	192.836	206.837	879.209	2.390.256
Garantia flutuante					
Garantia quirografária	269.566		11.670	87	281.323
Total	1.380.939	192.836	218.507	879.296	2.671.579

Os diretores da Companhia entendem que a estrutura de subordinação e o montante das dívidas, medido pela soma do passivo circulante com o passivo não circulante constituem uma adequada estrutura de capital, considerando que a construção dos projetos é financiada com empréstimos de longo prazo e que grande parte das dívidas no curto prazo serão substituídos por um empréstimos de longo prazo.

iv) eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

Os contratos de empréstimos e financiamentos firmados pela Companhia e suas controladas, contemplam cláusulas restritivas (sob a forma de obrigações de não fazer e/ou de hipótese de vencimento antecipado de obrigações), incluindo, dentre outras:

- limitações à capacidade de contrair dívidas financeiras;
- limitações à capacidade de vender, transferir ou dispor de qualquer outra forma de parte de ativos;
- limitações quanto à existência de ônus, penhor, hipoteca, encargo ou outros gravames ou direitos de garantia sobre receitas e patrimônio;
- limitação quanto ao pagamento de dividendos acima dos dividendos mínimos obrigatórios;
- limitações quanto à capacidade da Companhia de realizar reestruturações societárias e alienações de participações acionárias;
- limitações de mudança de controle ou de reorganização societária.

Adicionalmente, os empréstimos e financiamentos contraídos pela Companhia e suas controladas, possuem cláusulas restritivas (*covenants* financeiros), as quais determinam níveis máximos de endividamento e alavancagem, bem como níveis mínimos de cobertura de parcelas a vencer.

Eventual descumprimento destas restrições pode levar ao vencimento antecipado de tais obrigações financeiras, bem como de outros contratos financeiros que estipulem, como causa de vencimento antecipado, o vencimento antecipado de outros contratos celebrados pela Companhia ou suas controladas.

Nos termos dos contratos de financiamento com o BNDES, as controladas dos projetos do LER 2009 precisam manter, até março de 2029, o saldo mínimo da Conta Reserva do Serviço da Dívida e da Conta Reserva de O&M, reguladas pelo Contrato de Cessão (níveis mínimos de coberturas de parcelas a vencer).

Adicionalmente, nos contratos de financiamento com o BNDES, a subholding Salvador Eólica Paricipações S.A. precisa manter "Conta Reserva Especial" com mínimo de R\$ 25,0 milhões.

Nos termos dos contratos de financiamento com o BNDES, as controladas dos projetos do LER 2009 estão sujeitas ao vencimento antecipado da referida dívida caso deixem de observar o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida Consolidado ("ICSD Consolidado") de, igual ou maior a 1,30, sendo que a apuração do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida Consolidado deverá ocorrer anualmente, relativamente ao ano civil anterior.

O ICSD Consolidado em um determinado ano de referência é calculado a partir da divisão da geração de caixa da atividade no ano de referência somada ao saldo final de caixa do ano anterior pelo serviço da dívida do ano de referência, com base em informações registradas nas demonstrações financeiras anuais consolidadas auditadas da Bahia Eólica S.A. e da Salvador Eólica S.A.

Nos termos da escritura de emissão das debêntures de sua 2ª emissão, a Companhia está sujeita ao vencimento antecipado das debêntures caso deixe de observar o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD") da emissão que deverá ser maior ou igual a 1,0x, a ser calculado da seguinte forma: (i) Total de Dividendos recebidos pela Companhia/Serviço da Dívida da Emissão (medição anual, após o depósito dos dividendos na conta vinculada por onde transitarão os recursos).

Visando à adequação do nível de ICSD exigido, a escritura de emissão admite a utilização do saldo de caixa acumulado na Companhia para o cálculo do índice, desde que o montante (devidamente transferido para a conta retro citada) seja utilizado para amortização das referidas debêntures.

O termo "Serviço da Dívida" é definido como o valor da amortização de principal e pagamento de juros da série vincenda em cada ano de verificação do cumprimento do ICSD.

Os empréstimos pontes celebrados com as controladas possuem *covenants* financeiros que determinam que o Patrimônio Líquido / Ativo Total seja igual ou superior a 0,25 no ano de 2013.

Nos últimos 12 meses, a Companhia apresentou um índice de cobertura da dívida superior ao mínimo exigido pelos seus credores e não infringiu nenhuma cláusula estipulada em seus contratos de financiamento e nas escrituras de emissão.

Em 17 de setembro de 2012, a Companhia realizou sua segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantia adicional real, em nove séries, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476, composta por 30 mil debêntures simples, não conversíveis em ações, em até nove séries, com valor unitário de R\$10,0 mil, totalizando R\$300,0 milhões ("Debêntures"). O vencimento destas debêntures é em 17 de setembro de 2022, remuneradas pela variação acumulada de 123,45% das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Intrafinanceiros.

As Debêntures contam com as seguintes garantias: (i) alienação fiduciária de 100% das ações da Enerbrás, de titularidade da Companhia; (ii) cessão fiduciária de bens e direitos e quaisquer recursos depositados na conta vinculada 6120-4, mantida no Banco do Brasil S.A., Agência 3064-3, na qual serão depositados o: (a) fluxo de dividendos distribuídos pela Enerbrás à Companhia, provenientes dos dividendos recebidos da Energética Serra da Prata S.A.; (b) fluxo de dividendos distribuídos pela Nova Renova Energia S.A. à Companhia, proveniente dos dividendos recebidos das empresas Salvador Eólica e Bahia Eólica.

As Debêntures vencerão antecipadamente na ocorrência, dentre outras hipóteses, dos seguintes eventos: (i) distribuição de recursos na forma de dividendos que exceda o percentual de 25% do lucro líquido. É admitida a distribuição de dividendos até o limite de 75% do lucro líquido desde que: (a) comprovada a capitalização mínima de R\$250,0 milhões na Companhia; (b) atingido ICSD conforme definido no item “r” da Escritura da 2ª Emissão de Debêntures da Companhia; e (c) a Companhia esteja adimplente quanto às obrigações assumidas na Escritura; (ii) alteração societária e venda de ativos da Enerbrás ou da Nova Renova, bem como de todas as controladas dessas, ligadas direta ou indiretamente aos Projetos ESPRA e LER 2009; e (iii) alienação e/ou alteração do controle direto ou indireto da Companhia.

Para mais informações, vide itens 3.9 e 18.5 deste Formulário de Referência.

g) limites de utilização dos financiamentos já contratados

Todos os contratos de financiamentos da Companhia foram integralmente liberados, portanto não possuem saldo remanescente.

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As informações a seguir expressam as opiniões dos nossos Diretores.

Comparação dos resultados consolidados nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012.

Demonstração de Resultado	Exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de			
(em R\$ mil, exceto percentuais)	2013	AV	2012	AV
Receitas	226.011	100,0%	115.639	100,0%
Custos gerenciáveis	(18.154)	(8,0%)	(10.396)	(9,0%)
Custos não gerenciáveis	(11.437)	(5,1%)	(5.480)	(4,7%)
Depreciação	(68.449)	(30,3%)	(32.942)	(28,5%)
Lucro bruto	127.971	56,6%	66.821	57,8%
Despesas Operacionais	(39.469)	(17,5%)	(44.138)	(38,2%)
Gerais e administrativas	(38.392)	(17,0%)	(43.357)	(37,5%)
Depreciações	(1.077)	(0,5%)	(781)	(0,7%)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas, equivalência patrimonial e impostos	88.502	39,2%	22.683	19,6%
Receitas (despesa) financeira líquidas	(72.261)	(32,0%)	(22.571)	(19,5%)
Receitas financeiras	32.426	14,3%	27.423	23,7%
Despesas financeiras	(104.687)	(46,3%)	(49.994)	(43,2%)
Resultado antes dos impostos	16.241	7,2%	112	0,1%
Imposto de renda e contribuição social - correntes	(9.994)	(4,4%)	(6.479)	(5,6%)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	24	0,0%	350	0,3%
Lucro do período	6.271	2,8%	(6.017)	(5,2%)

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida da Companhia relativa ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 foi de R\$226,0 milhões, representando um aumento de R\$110,4 milhões ou 95,4% em relação ao exercício encerrado

em 31 de dezembro de 2012, no qual foi registrada receita operacional líquida de R\$115,6 milhões. Este aumento ocorreu devido ao pagamento da tarifa do uso do sistema de transmissão (“TUST”) dos 14 parques eólicos do Complexo Eólico Alto Sertão I, que iniciaram o faturamento em julho de 2012.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, os projetos de fonte eólica contribuíram com R\$185,3 milhões da receita operacional líquida da Companhia, o que representa 82,0% do total da receita e as PCHs da Companhia e os projetos de fonte solar contribuíram com 17,9% e 0,1%, respectivamente.

Custos gerenciáveis

Os custos gerenciáveis correspondem às atividades de operação e manutenção das PCHs e dos parques eólicos operacionais.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, os custos gerenciáveis totalizaram R\$18,2 milhões, u, aumento de 74,6% em relação aos R\$10,4 milhões do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 ou R\$7,8 milhões, refletindo principalmente: (i) provisão para quatro meses de multa do LER 2010 no valor de R\$4,6 milhões; (ii) reclassificações entre as linhas de custos e despesas no valor de R\$1,7 milhão; e (iii) aumento dos custos relativos aos serviços de terceiros, relacionados à manutenção dos parques.

Como a Companhia alterou o ponto de conexão do LER 2010, não terá garantia de receita (regra do leilão de energia de reserva), até que a linha de transmissão entre em operação. Para não estar sujeita a penalidades desde a data de início de suprimento (1º de setembro de 2013) e a efetiva entrada em operação da linha de transmissão, a Companhia solicitou à ANEEL a concatenação do cronograma do início do fornecimento de energia dos parques eólicos com a entrada em operação das linhas de transmissão. Concatenando a data da obrigação da Companhia de começar a entregar energia com a data de conclusão da linha de transmissão, a Companhia desloca a data inicial e mantém o período original de 20 anos do contrato de venda de energia. A Companhia aguarda a decisão da ANEEL a esse respeito.

Conforme explicado acima, com a alteração do ponto de conexão, a Companhia deixou de ter a receita garantida para o LER 2010 e, portanto, até que saia a resposta da ANEEL sobre o pedido de concatenação e/ou caso o pedido não seja atendido, a Companhia provisiona o valor da multa de acordo com o contrato. O contrato estabelece que o ressarcimento por desvios negativos (abaixo da faixa de tolerância – 10%) de geração será pago em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado a 115% do preço de venda vigente. Os ressarcimentos que estiverem na faixa de tolerância – 10% de geração serão ressarcidos em 12 parcelas após possíveis compensações com desvios positivos iniciando ao final do primeiro quadriênio.

Custos não gerenciáveis

Os custos não gerenciáveis correspondem: (i) à tarifa de uso do sistema de distribuição (“TUSD”), referente ao uso do sistema de distribuição da Coelba, concessionária na qual as três PCHs da Companhia se conectam, e à tarifa do uso do sistema de transmissão (“TUST”), referente às linhas de transmissão e subestações dos parques eólicos; e (ii) à taxa de fiscalização cobrada pela ANEEL. Estes custos são relacionados às três PCHs da Companhia e aos parques eólicos operacionais.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, os custos não gerenciáveis totalizaram R\$11,4 milhões, aumento de 108,7% ou R\$6,0 milhões quando comparado aos R\$5,5 milhões do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012. O crescimento refere-se principalmente ao pagamento da TUST dos 14 parques eólicos do Complexo Eólico Alto Sertão I, que iniciaram o faturamento em julho de 2012.

Depreciação

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, a depreciação totalizou R\$68,5 milhões, aumento de 107,8% ou R\$35,5 milhões em relação ao exercício social encerrado em 31 de

dezembro de 2012. O crescimento é explicado principalmente devido ao pagamento da TUST dos 14 parques eólicos do complexo Alto Sertão I, que iniciaram o faturamento em julho de 2012, data que os parques começaram a ser amortizados.

Despesas gerais e administrativas

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, as despesas administrativas totalizaram R\$38,4 milhões, representando uma diminuição de 11,5% ou R\$5,0 milhões em relação aos R\$43,4 milhões do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012. As variações são explicadas principalmente por:

- Pessoal e administração: aumento de 49,9% em função do crescimento da quantidade de funcionários para suportar o crescimento da Companhia, que passou de 182 em 31 de dezembro de 2012 para 223 em 31 de dezembro de 2013 (incluindo os estagiários) e também pela provisão de bônus para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013.
- Serviços de terceiros: redução de R\$3,0 milhões em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, em função principalmente da menor contratação de consultorias neste ano.

Demonstração de Resultado	Exercícios encerrados em 31 de dezembro de		
(em R\$ mil, exceto percentuais)	2012	2011 (reapresentado)	Varição 2012x2011
Receitas	115.639	36.553	216,4%
Custos gerenciáveis	(10.396)	(4.068)	155,6%
Custos não gerenciáveis	(5.480)	(1.155)	374,5%
Depreciação e amortização	(32.942)	(5.667)	481,3%
Lucro bruto	66.821	25.663	160,4%
Despesas Operacionais	(44.138)	(40.219)	9,7%
Gerais e administrativas	(43.357)	(39.029)	11,1%
Depreciações	(781)	(1.190)	(34,4%)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas, equivalencia patrimonial e impostos	22.683	(14.556)	(255,8%)
Receitas (despesa) financeira líquidas	(22.571)	5.168	(536,7%)

Receitas financeiras	27.423	20.078	36,6%
Despesas financeiras	(49.994)	(14.910)	235,3%
Resultado antes dos impostos	112	(9.388)	(101,2%)
Imposto de renda e contribuição social - correntes	(6.479)	(2.673)	142,4%
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	350	-	100,0%

Lucro do período **(6.017)** **(12.061)** **(50,1%)**

- Projetos descontinuados: a Companhia revisa seu portfólio de projetos básicos e inventários trimestralmente, tendo havido diminuição de 25,5% em relação ao R\$1,9 milhão do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 em função da menor baixa de projetos de inventários de PCHs no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013.
- Outras: representa as despesas envolvidas com fretes e correios, despesas relacionadas a programas sociais voltados às comunidades onde a Companhia atua, além de despesas não recorrentes. A diminuição de 71,8% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 deve-se principalmente a R\$2,0 milhões de remuneração em ações registradas no quarto trimestre de 2012 e restituição de R\$1,2 milhão de ICMS cobrado indevidamente das PCHs da Companhia.

Receitas (despesas) financeiras líquidas

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, o resultado financeiro líquido foi negativo em R\$72,3 milhões. A variação em relação aos R\$22,6 milhões do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, de 220,1% ou R\$49,7 milhões, deve-se principalmente aos juros dos financiamentos dos parques eólicos do Complexo Eólico Alto Sertão I, pois até a data da inauguração dos parques, estes encargos eram capitalizados e também das debêntures emitidas em outubro de 2012, no valor de R\$300,0 milhões.

Imposto de renda e contribuição social

Atualmente as receitas da Companhia são tributadas pelo regime de lucro presumido. Neste regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescidas

do adicional de 10%, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota regular de 9%.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, o imposto de renda e a contribuição social da Companhia totalizaram R\$10,0 milhões, aumento de 62,7% ou R\$3,8 milhões em relação aos R\$6,1 milhões, do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, variação principalmente em função do pagamento da TUST dos 14 parques eólicos do Complexo Eólico Alto Sertão I, que iniciaram o faturamento em julho de 2012.

Lucro líquido

Em 2013, o lucro líquido da Companhia foi de R\$6,3 milhões, ante prejuízo de R\$6,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, representando uma variação de 204,2%.

Comparação dos resultados consolidados nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011.

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida da Companhia relativa ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 foi de R\$115,6 milhões, representando um aumento de R\$79,1 milhões ou 216,4% em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, no qual foi registrada receita operacional líquida de R\$36,6 milhões. Este aumento ocorreu devido ao início de faturamento dos parques eólicos do LER 2009 no terceiro trimestre do ano.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, a fonte eólica contribuiu com R\$76,8 milhões da receita operacional líquida, o que representa 66,4% do total da receita e as PCHs e a fonte solar contribuíram com 33,5% e 0,1%, respectivamente.

Custos gerenciáveis

Os custos gerenciáveis correspondem às atividades de operação e manutenção das PCHs e dos parques eólicos operacionais.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, os custos gerenciáveis totalizaram R\$10,4 milhões, aumento de 155,6% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 ou R\$6,3 milhões, principalmente em função dos serviços de manutenção dos quatorze parques eólicos que compõe o Complexo Eólico Alto Sertão I, que tiveram sua construção finalizada em julho de 2012.

Custos não gerenciáveis

Os custos não gerenciáveis correspondem: (i) à tarifa de uso do sistema de distribuição (TUSD), referente ao uso do sistema de distribuição da Coelba, concessionária na qual as PCHs se conectam, e à tarifa do uso do sistema de transmissão (TUST), referente às linhas de transmissão e subestações dos parques eólicos; e (ii) à taxa de fiscalização cobrada pela ANEEL. Estes custos são relacionados às PCHs e aos parques eólicos operacionais.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, os custos não gerenciáveis totalizaram R\$5,5 milhões, aumento de 374,5% ou R\$4,3 milhões quando comparado com o mesmo período no ano anterior. O crescimento refere-se principalmente ao pagamento da TUST dos 14 parques eólicos do Complexo Eólico Alto Sertão I, que iniciaram o faturamento em julho de 2012.

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 foram equivalentes a R\$43,4 milhões, apresentando um aumento de R\$4,3 milhões ou 11,1% na comparação com o exercício de 2011, quando as despesas operacionais foram de R\$39,0 milhões. As despesas administrativas consolidadas referem-se majoritariamente à estrutura corporativa da Companhia, que realiza as atividades administrativo-financeiras, contábil-fiscal, legal e regulatória, dentre outras para as sociedades operacionais detentoras dos ativos. As despesas administrativas registradas no período apresentaram um aumento de 11,1%, principalmente devido ao aumento na estrutura da Companhia. No mesmo período, a Companhia aumentou o quadro de colaboradores em 63,9%, passando de 111 em 31 de dezembro de 2011 para 182 no final de 2012 (incluindo os estagiários)

Receitas (despesas) financeiras líquidas

As despesas financeiras líquidas em 31 de dezembro de 2012 foram de R\$22,6 milhões em comparação a receita financeira líquida de R\$5,2 milhões em 2011. A variação de R\$27,7 milhões, ou 536,7%, quando comparada com o ano anterior refere-se especialmente aos encargos de dívida referentes ao financiamento dos projetos eólicos do LER 2009, que antes do início do faturamento eram capitalizados.

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social (correntes e diferidos) totalizaram R\$6,1 milhões em 31 de dezembro de 2012 em comparação a R\$2,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, representando um aumento de R\$3,5 milhões ou 129,3%. O aumento é referente principalmente pela maior receita gerada em 2012.

Lucro do Período

Em 2012, a Companhia apresentou prejuízo de R\$6,0 milhões, representando redução de R\$6,0 milhões no prejuízo líquido em relação a 2011.

Principais Alterações nas Contas Patrimoniais consolidadas em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012.

Balanco Patrimonial		Saldo em 31 de dezembro de				Variaç
						2013 x
(em R\$ mil, exceto percentuais)	2013	AV	2012	AV		
Ativo						
CIRCULANTE						(78,2%)
Caixa e equivalentes de caixa	132.598	3,6%	608.122	22,7%		
Aplicações financeiras	241.449	6,6%	-	0,0%	-	
Contas a receber de clientes	20.923	0,6%	21.309	0,8%	(1,8%)	
Impostos a recuperar	10.751	0,3%	7.095	0,3%	51,5%	
Adiantamentos a fornecedores	5.065	0,1%	4.310	0,2%	17,5%	
Pagamentos antecipados	2.338	0,1%	2.144	0,1%	9,0%	
Cauções e depósitos vinculados	27.231	0,7%	25.403	0,9%	7,2%	
Outros créditos	1.260	0,0%	915	0,0%	37,7%	
		12,0			(34,0%)	
Total do ativo circulante	441.615		669.298	25,0%		
NÃO CIRCULANTE						
Partes relacionadas	-	-	-	-	-	

Cauções e depósitos vinculados	123.981	3,4%	82.791	3,1%	49,8%
Impostos diferidos	948	0,0%	906	0,0%	4,6%
Outros créditos	150	0,0%	141	0,0%	6,4%
		39,7			
Imobilizado em serviço	1.459.662		1.507.775	56,3%	(3,2%)
		44,8			
Imobilizado em curso	1.645.823		417.128	15,6%	294,6%
		88,0			
Total do ativo não circulante	3.230.564		2.008.741	75,0%	60,8%
		100,			
Total do ativo	3.672.179		2.678.039	100,0	37,1% Variaç
					2013 x

Passivo e Patrimônio Líquido	2013	AV	2012	AV	
CIRCULANTE					
Fornecedores	244.434	6,7%	159.391	6,0%	53,4%
Empréstimos e financiamentos	1.100.134	30,0	198.201	7,4%	455,1%
Debêntures	11.239	0,3%	-	-	-
Impostos a recolher	7.549	0,2%	6.439	0,2%	17,2%
Salários e férias a pagar	8.465	0,2%	1.546	0,1%	447,5%
Contas a pagar - CCEE/Eletrobrás	8.936	0,2%	4.714	0,2%	89,6%
					2175,0
Outras contas a pagar	182	0,0%	8	0,0%	
		37,6			
Total do passivo circulante	1.380.939		370.299	13,8%	272,9%
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	953.855	26,0	1.000.126	37,3%	(4,6%)
Debêntures	325.028	8,9%	305.195	11,4%	6,5%
Contas a pagar - CCEE/Eletrobrás	11.670	0,3%	10.938	0,4%	6,7%
Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	87	0,0%	84	0,0%	3,6%
		35,1			
Total do passivo não circulante	1.290.640		1.316.343	49,2%	(2,0%)
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
		27,7			
Capital social	1.017.697	(1,0	1.017.557	38,0%	0,0%
(-) Custos na emissão de ações	(36.112)		(36.112)	(1,3%	0,0%
Reserva de capital	55.067	1,5%	52.275	2,0%	5,3%
		(1,0			
				(1,6%	(14,8%
Prejuízos acumulados	(36.052)		(42.323)		
		27,2			
Total do patrimônio líquido	1.000.600		991.397	37,0%	0,9%
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.672.179	100,	2.678.039	100,0	37,1%

ATIVO

Circulante

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo do ativo circulante era de R\$441,6 milhões (12,0% do ativo total) e em 31 de dezembro de 2012 o saldo era de R\$669,3 milhões (25,0% do ativo total, representando uma redução de 34,0% ou R\$227,7 milhões).

A diminuição de R\$475,5 milhões ou 78,2% em 31 de dezembro de 2013 na conta de caixa e equivalentes de caixa, em comparação com 31 de dezembro de 2012 deve-se principalmente do consumo de caixa para construção dos parques eólicos do Complexo Eólico Alto Sertão II e pagamento de empréstimos e da entrada de caixa de empréstimos pontes com o BNDES e Notas Promissórias, além da geração de caixa operacional. Adicionalmente, o saldo de aplicações financeiras no valor de R\$241,5 milhões são referentes a aplicações em fundos de investimentos e que até nos exercícios anteriores eram instrumentos de renda fixa (considerados como caixa e equivalente de caixa) e que serão utilizados na construção dos parques do Alto Sertão II.

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo da conta de cauções e depósitos vinculados era de R\$27,2 milhões, aumento de 7,2% em relação a 31 de dezembro de 2012. O aumento refere-se basicamente às aplicações financeiras de instrumento de renda fixa, vinculadas ao financiamento do BNDES.

Não Circulante

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo do ativo não circulante era de R\$3.230,6 milhões (88,0% do ativo total) em comparação com o saldo em 31 de dezembro de 2012 de R\$2,0 bilhões (75,0% do ativo total), o que representa um aumento de R\$1,2 bilhão ou 60,8%.

O aumento de R\$41,2 milhões na conta de cauções e depósitos em 31 de dezembro 2013, refere-se basicamente às aplicações financeiras de instrumento de renda fixa, vinculadas ao financiamento do BNDES, remunerados a 94,3% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) e do BNB, remunerado a 99,0% do CDI.

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo de imobilizado em serviço era de R\$1.459,7 milhões. O saldo de imobilizado em curso era de R\$1.645,8 milhões, variação de R\$1,2 bilhões em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2011 e a variação foi em função do avanço na implementação do Complexo Eólico Alto Sertão II.

PASSIVO

Circulante

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo da conta de passivo circulante era de R\$1.380,9 milhões, representando um aumento de R\$1,0 bilhão ou 272,9% em comparação com 31 de dezembro de 2012, quando o mesmo saldo era de R\$370,3 milhões.

O aumento deve-se principalmente ao aumento de R\$901,9 milhões na conta de Empréstimos e Financiamentos cujo saldo em 31 de dezembro de 2013 era de R\$1,1 bilhão, comparados com os R\$198,2 milhões em 31 de dezembro de 2012. A Companhia ressalta que o montante no curto prazo é em função dos empréstimos pontes e Notas Promissórias, que tem vencimento em junho de 2014 e maio de 2014, respectivamente, ou na data de desembolso da primeira parcela do Contrato de Financiamento de Longo Prazo a ser assinado entre a Companhia e o BNDES oportunamente, alongando assim o prazo da dívida.

O aumento do passivo circulante também é devido ao aumento de R\$85,0 milhões na linha de Fornecedores, que totalizou em 31 de dezembro de 2013 o valor de R\$244,4 milhões. O saldo dessa linha refere-se principalmente aos valores dos contratos de fornecimento de equipamentos e materiais contratado para construção dos parques eólicos e variação é decorrente do estágio das obras nesses períodos.

Não Circulante

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo da conta de passivo não circulante era de R\$1,3 bilhão, uma diminuição de R\$25,7 milhões ou 2,0% em comparação com 31 de dezembro de 2012, causado principalmente pela diminuição da conta de empréstimos e financiamentos, parcialmente compensados pelo maior saldo das debêntures.

Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo da conta do Patrimônio líquido consolidado atingiu R\$1,0 bilhão, representando um aumento de R\$9,2 milhões ou 0,9% em relação a 31 de dezembro de 2012, quando o mesmo saldo foi de R\$991,4 milhões. O aumento está relacionado principalmente ao menor saldo de prejuízo acumulado em função do lucro líquido gerado no ano.

Principais Alterações nas Contas Patrimoniais nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011.

Balço Patrimonial	Saldo em 31 de dezembro de			Variac
				2012 x
(em R\$ mil, exceto percentuais)	2012	AV	2011	
Ativo			(reapresentado)	
CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	608.122	22,7	389.846	56,0%
Contas a receber de clientes	21.309	0,8%	5.152	313,6%
Impostos a recuperar	7.095	0,3%	1.512	369,2%
Adiantamentos a fornecedores	4.310	0,2%	13.479	(68,0%)
Pagamentos antecipados	2.144	0,1%	1.408	52,3%
Cauções e depósitos vinculados	25.403	0,9%	40	63407,5
Outros créditos	915	0,0%	393	132,8%
Total do ativo circulante	669.298	25,0	411.830	62,5%
NÃO CIRCULANTE				
Partes relacionadas	-	-	244	
Cauções e depósitos vinculados	82.791	3,1%	11.875	597,2%
Impostos diferidos	906	0,0%	-	-
Outros créditos	141	0,0%	95	-
Imobilizado em serviço	1.507.775	56,3	196.337	668,0%
Imobilizado em curso	417.128	15,6	994.200	(58,0%)
Total do ativo não circulante	2.008.741	75,0	1.202.751	67,0%

TOTAL DO ATIVO	2.678.039	100,	1.614.581	65,9%
				Variaça
				2012 x
<u>Passivo e patrimônio líquido</u>	<u>2012</u>	<u>AV</u>	<u>2011</u>	
			<u>(reapresentado)</u>	
CIRCULANTE				
Fornecedores	159.391	6,0%	19.566	714,6%
Empréstimos e financiamentos	198.201	7,4%	155.345	27,6%
Debêntures	-	-	-	
Impostos a recolher	6.439	0,2%	2.262	184,7%
Salários e férias a pagar	1.546	0,1%	1.413	9,4%
Contas a pagar - CCEE/Eletrobrás	4.714	0,2%	-	-
<u>Outras contas a pagar</u>	<u>8</u>	<u>0,0%</u>	<u>97</u>	<u>(91,8%)</u>
Total do passivo circulante	370.299	13,8	178.683	107,2%
NÃO CIRCULANTE				
Empréstimos e financiamentos	1.000.126	37,3	753.870	32,7%
Debêntures	305.195	11,4	-	-
Contas a pagar - CCEE/Eletrobrás	10.938	0,4%	-	-
Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	84	0,0%	74	13,5%
Total do passivo não circulante	1.316.343	49,2	753.944	74,6%

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social	1.017.557	38,0	702.788	44,8%
(-) Custos na emissão de ações	(36.112)	(1,3	(34.241)	5,5%
Reserva de capital	52.275	2,0%	49.713	5,2%
<u>Prejuízos acumulados</u>	(42.323)	(1,6	(36.306)	16,6%
Total do patrimônio líquido	991.397	37,0	681.954	45,4%
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.678.039	100,	1.614.581	65,9%

ATIVO

Circulante

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo do ativo circulante era de R\$669,3 milhões (25,0% do ativo total) e em 2011 o saldo era de R\$411,8 milhões (25,5% do ativo total).

O aumento de R\$218,3 milhões ou 56,0% em 31 de dezembro de 2012 na conta de caixa e equivalentes de caixa, em comparação com 31 de dezembro de 2011 deve-se: (i) ao desembolso da segunda emissão de debêntures da Companhia no valor de R\$301,9 milhões; (ii) ao desembolso de R\$150,0 milhões referente ao empréstimo ponte contratado junto ao BNDES no valor de R\$300,0 milhões, e a quitação das notas promissórias com o Votorantim no valor de R\$154,9 milhões.

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo da conta de clientes era de R\$21,3 milhões, um aumento de 313,6% em comparação com o saldo em 31 de dezembro de 2011, no montante de R\$5,2 milhões. Este aumento de R\$16,2 milhões na conta de Clientes é principalmente devido ao início de faturamento a ser pago pela CCEE, referente aos 14 parques do Complexo Eólico Alto Sertão I.

Em 31 de dezembro de 2012 o saldo da conta de cauções e depósitos vinculados era de R\$25,4 milhões e de R\$0,04 milhão em 2011. O aumento refere-se basicamente às aplicações financeiras de instrumento de renda fixa, vinculadas ao financiamento do BNDES.

Não Circulante

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo era de R\$2,0 bilhões (75,0% do ativo total) em comparação com o saldo em 31 de dezembro de 2011 de R\$1,2 bilhão (74,5% do ativo total), o que representa um aumento de R\$806,0 milhões ou 67,0%.

O aumento de R\$70,9 milhões na conta de cauções e depósitos em 2012, refere-se basicamente às aplicações financeiras de instrumento de renda fixa, vinculadas ao financiamento do BNDES e do BNB.

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo de imobilizado em serviço era de R\$1,5 bilhão. O aumento de R\$1,3 bilhão na conta do Imobilizado em Serviço em relação a 2011 é representado por: (i) R\$937,7 milhões devido a conclusão da montagem e instalação dos projetos eólicos que comercializaram energia no LER 2009, evento que reflete na redução de R\$547,0 milhões na conta do Imobilizado em curso e (ii) R\$373,7 milhões referente a compra de equipamentos contabilizados diretamente na conta de Imobilizado em Serviço.

PASSIVO

Circulante

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo da conta de passivo circulante era de R\$370,3 milhões, representando um aumento de R\$191,6 milhões ou 107,2% em comparação com 31 de dezembro de 2011, quando o mesmo saldo foi de R\$178,7 milhões. O aumento deve-se principalmente ao aumento de R\$42,9 milhões na conta de Empréstimos e Financiamentos cujo saldo em 31 de dezembro de 2012 era de R\$198,2 milhões, comparados com os R\$155,3 milhões em 31 de dezembro de 2011. Tal aumento na conta de Empréstimos e Financiamentos foi devido ao componente de curto prazo do empréstimo com BNDES relacionado aos parques do Complexo Eólico Alto Sertão I. Também estão incluídos nessa conta os itens mencionados na linha de Caixa e Equivalentes de Caixa.

O aumento do passivo circulante também é devido ao aumento de R\$139,8 milhões na linha de Fornecedores, que totalizou em 31 de dezembro de 2012 R\$159,4 milhões. O saldo dessa linha refere-se principalmente aos valores restantes dos contratos de fornecimento de equipamentos e materiais contratado para construção dos quatorze parques eólicos do Complexo Eólico Alto Sertão I, que foram concluídos em julho de 2012.

Não Circulante

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo da conta de passivo não circulante era de R\$1,3 bilhão, um aumento de R\$562,4 milhões ou 74,6% em comparação com 31 de dezembro de 2011, causado principalmente pelo aumento de R\$551,5 milhões na conta de Empréstimos e Financiamentos e Debêntures do não circulante, que, por sua vez, foi devido à captação de debêntures e empréstimos ponte para os parques eólicos do LER 2010 e LEN 2011.

Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo da conta do Patrimônio líquido consolidado atingiu R\$991,4 milhões, representando um aumento de R\$309,4 milhões ou 45,4% em relação a 31 de dezembro de 2011, quando o mesmo saldo foi de R\$682,0 milhões. O aumento está relacionado principalmente ao aumento de capital de R\$314,8 milhões deliberado pelo Conselho de Administração da Companhia, para comportar o aporte da BNDESPAR na Companhia.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

As informações incluídas neste Formulário de Referência, exceto quando expressamente ressalvado, referem-se às Demonstrações Financeiras consolidadas da Companhia.

a. resultado das operações da Companhia, em especial:

Para uma discussão detalhada das principais variações percebidas nos resultados da Companhia, vide item 10.1(h) deste Formulário de Referência.

(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita; e

A receita operacional da Companhia é gerada por meio da comercialização de energia elétrica, seja no ambiente regulado, nos leilões organizados pelo Governo ou no ambiente livre, onde a Companhia e o consumidor livre fecham acordos de compra e venda de energia.

A receita operacional líquida da Companhia foi de R\$226,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, R\$115,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 e R\$36,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011.

ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais.

Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia possuía 1.804,9MW de capacidade instalada contratada, sendo que 336,2MW estão em operação comercial e gerando receita para a Companhia.

Em 31 de dezembro 2011, apenas as três PCHs da Companhia, com capacidade instalada de 41,8MW eram operacionais e, portanto a receita operacional líquida da Companhia naquele exercício social foi de R\$36,6 milhões. A partir de julho de 2012, os parques que comercializaram energia no LER 2009, com capacidade instalada de 294,4MW, entraram em operação, principal fator para o crescimento de 216,4% da receita operacional líquida da Companhia, que no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 foi de R\$115,6 milhões. Dessa maneira, a Companhia teve receita das PCHs e do LER 2009 durante todo o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, principal fator para o crescimento de 95,4% da receita operacional líquida, que encerrou o ano no montante de R\$226,0 milhões.

b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

A energia elétrica comercializada pela Companhia, que é a sua única fonte de receita operacional atualmente, tem seu preço fixado nos respectivos contratos de compra e venda de energia, preço esse que não está sujeito a variações durante o prazo de vigência desses contratos, que é de 20 anos, exceto aquelas variações decorrentes de índices de atualização monetária.

O preço da energia elétrica proveniente das PCHs da Companhia em operação é corrigido anualmente pelo IGPM e o preço da energia elétrica proveniente dos parques eólicos contratados no mercado regulado é corrigido anualmente pelo IPCA.

c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia

A situação financeira da Companhia e o resultado das suas operações são afetados pela inflação, uma vez que as receitas decorrentes de contratos de comercialização de energia elétrica são indexadas a índices de inflação (IGPM e IPCA) e os custos operacionais tendem a seguir tais índices.

Além disso, aumentos nas taxas de inflação afetam o mercado de comercialização de energia elétrica, na medida em que reduzem a atividade econômica, o consumo e o investimento. Os principais fatores e condições que afetam a receita e os resultados operacionais são analisados a seguir:

Inflação

A situação financeira da Companhia e o resultado das operações são afetados pela inflação, uma vez que as receitas decorrentes de contratos de comercialização de energia elétrica são indexadas a índices de inflação (IGPM e IPCA) e os custos operacionais tendem a seguir tais índices. A maioria dos custos e despesas da Companhia é denominada em Reais e está atrelada aos índices de medição da inflação, tais como o IGPM, o INPC e o IPCA, ou sofre reajuste de acordo com a flutuação medida em índices cambiais.

Taxa de Juros

O resultado das operações também está exposto às variações das taxas de juros. A Companhia contrata empréstimos e financiamentos denominados principalmente em Reais, os quais são reajustados com base na TJLP ou no CDI. Além disso, as taxas de juros praticadas em operações de crédito ao consumidor no mercado financeiro brasileiro afetam indiretamente à Companhia, na medida em que reduções podem levar ao aumento do consumo privado e ao aumento do consumo de energia. Por outro lado, aumentos nas taxas de juros podem levar à diminuição do consumo de energia. Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011, as variações das taxas de juros não impactaram os negócios da Companhia.

Taxa de Câmbio

Como a maioria dos custos, incluindo custos relacionados à implementação dos parques eólicos (a parte do capex que está em moeda estrangeira é fechada antes da tomada de decisão do projeto e portanto a Companhia não fica exposta a variação cambial), bem como a totalidade das receitas da Companhia, é denominada em Reais, a Companhia não está exposta à variação da taxa de câmbio e, portanto, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011, não houve impacto nos resultados operacionais e financeiros causados por variações em taxas de câmbio.

Tributação

A Companhia está sujeita ao recolhimento do IRPJ e CSLL. A alíquota da contribuição social sobre o lucro é de 9% e do imposto de renda de 25%, representando uma tributação total de 34%. Para empresas cuja receita bruta total, no ano-calendário anterior, tenha sido igual ou inferior a R\$78,0 milhões é facultado a escolha do regime de tributação de IRPJ e CSLL com base no Lucro Presumido. O imposto com base no Lucro Presumido será determinado por períodos de apuração trimestrais, encerrados em 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro de cada ano-calendário. Para o cálculo do IRPJ devido, implica na aplicação de alíquota composta equivalente a 25% (sendo 15% da alíquota legal, acrescida de um adicional de 10% sobre as receitas que excederem R\$60,0 mil em um trimestre) sobre uma base equivalente a 8% da Receita Bruta para o cálculo do IR devido, enquanto que no caso da CSLL, aplica-se uma alíquota de 9% sobre uma base equivalente a 12% da Receita Bruta. Ainda, no regime de Lucro Presumido, o regime de apuração de PIS e COFINS é cumulativo, sujeito, à alíquota de 0,65% (no regime não-cumulativo a alíquota é de 1,65%) para PIS e 3% (no regime não-cumulativo a alíquota é de 7,6%) para COFINS, calculados sobre o total das receitas da Companhia. Atualmente, a Companhia e as *subholdings* Bahia Eólica e Salvador Eólica adotam o regime de tributação do lucro real e as controladas operacionais Espira e as SPEs dos parques em operação comercial do LER 2009 adotam o regime de tributação pelo Lucro Presumido.

O ICMS incide sobre vendas realizadas para clientes finais, em alíquotas que variam nos diferentes estados da federação. Alguns estados também já incorporam em sua legislação benefícios para o ICMS na compra de equipamentos e pode se beneficiar de mecanismos semelhantes. A Companhia se qualifica para a obtenção do incentivo fiscal “Desenvolve” (Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia), instituído pela Lei Estadual nº 7.980/2001 e aprovado pelo Decreto do Governador do Estado da Bahia nº 8.205/2002, o qual consiste na concessão de dois benefícios fiscais: (i) dilação do prazo de pagamento, de até 90% do saldo devedor mensal do ICMS normal, limitada a 72 meses; e (ii) diferimento do lançamento e pagamento do ICMS devido. A aprovação da concessão do benefício e a determinação das suas condições de gozo cabe ao Conselho Deliberativo do Desenvolve. Nesse sentido, o Conselho Deliberativo do Desenvolvimento, por meio da Resolução nº 57/2006 e das Resoluções nºs 91 a 112/2009, outorgou à Espira e aos parques eólicos, respectivamente, o direito à fruição do benefício fiscal de diferimento do lançamento e pagamento do ICMS, de forma que todos os bens adquiridos para o ativo fixo que forem (i) importados do exterior; (ii) produzidos no Estado da Bahia; ou (iii) adquiridos em outras unidades da Federação, terão o ICMS relativo às aquisições diferido para o momento em que ocorrer sua desincorporação do ativo fixo.

O Conselho de Política Fazendária (Confaz) estendeu até 31 de dezembro de 2015 o Convênio 101/97, o qual desde 1997 promove a desoneração tributária para as compras de equipamentos e componentes para aproveitamento de energia eólica e solar.

Os 29 projetos eólicos da Companhia foram enquadrados no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), instituído pelo Governo Federal, cujas medidas principais incluem: (i) investimento em Infraestrutura; (ii) estímulo ao crédito e ao financiamento; (iii) melhora do ambiente de investimento; e (iv) medidas fiscais de longo prazo buscando a desoneração e aperfeiçoamento do sistema tributário. O principal benefício fiscal trazido pelo PAC (no caso específico do setor de energia elétrica, REIDI - Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura, instituído pela Lei nº 11.488/2007) é a suspensão da exigência da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS (mercado interno e importação) que será convertida a alíquota zero após a utilização ou incorporação do bem, material de construção ou serviço nas obras de infraestrutura. A Companhia pretende também recorrer a financiamentos enquadrados no PAC, segundo as condições favoráveis de mercado.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, o valor total de imposto de renda e contribuição social devido pela Companhia foi de R\$10,0 milhões, enquanto que nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2012, e em 31 de dezembro de 2011 os valores foram de R\$6,1 milhões e R\$2,7 milhões respectivamente.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

a. introdução ou alienação de segmento operacional

A Companhia foi concebida para desenvolver projetos de geração de energia elétrica proveniente de fontes renováveis.

Em 2008, entraram em operação três PCHs, a Cachoeira da Lixa, a Colino 1 e a Colino 2. Em 2012, 14 parques eólicos que comercializaram energia no LER 2009 começaram a faturar. Além disso, em virtude dos resultados dos leilões no ambiente regulado realizados em 2010, 2011, 2012 e 2013 e dos contratos firmados no mercado livre de energia, a Companhia tem projetos eólicos a serem entregues até 2018.

Não houve introdução e ou alienação de segmento operacional.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Aquisição de 51% da Brasil PCH

Em 08 de agosto de 2013 foi celebrado Acordo de Investimento por meio do qual a CEMIG GT cedeu a sua posição no Contrato de Compra e Venda de Ações da Brasil PCH para a Chipley.

Em decorrência desse acordo, a Companhia adquiriu 51% da Brasil PCH em 14 de fevereiro de 2014, por intermédio da Chipley SP Participações S.A., sua controlada direta.

Para mais informações sobre a aquisição da Brasil PCH ver item 6.5 deste Formulário de Referência.

c. eventos ou operações não usuais

Não houve eventos ou operações não usuais.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no relatório dos auditores independentes

a. mudanças significativas nas práticas contábeis

Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis relativas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

As demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011 sofreram algumas reclassificações devido à mudança do auditor independente da Companhia, que foi republicada. No entanto, nenhuma alteração teve efeito significativo.

Desta forma, não houve mudanças significativas nas práticas contábeis a que afetem significativamente as demonstrações financeiras dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011.

c. ressalvas e ênfases presentes no relatório dos auditores independentes

Não houve ressalvas nos relatórios dos auditores independentes relativos às demonstrações financeiras dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011. O relatório dos auditores independentes emitido pela Deloitte relativo às demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 contém parágrafo de ênfase transcritos abaixo:

“(a) “Sem modificar nossa opinião e conforme descrito na nota explicativa nº 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia, essas práticas diferem do *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”), aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo; e pela opção da manutenção do saldo de ativo diferido, existente em 31 de dezembro de 2008, que vem sendo amortizado.

(b) Sem modificar nossa opinião e conforme descrito na nota explicativa nº 2, os bens do imobilizado da atividade de geração de energia no regime de produção independente são depreciados pelo seu prazo estimado de vida-útil, considerando-se os fatos e circunstâncias que estão mencionados na referida nota. À medida que novas informações ou decisões do órgão regulador ou do poder concedente sejam conhecidas, o atual prazo de depreciação desses ativos poderá ou não ser alterado.

(c) Sem modificar nossa opinião, conforme mencionado na nota explicativa no 2.6, a Companhia decidiu por reclassificar, para melhor apresentação, certos saldos constantes nas demonstrações do fluxo de caixa e dos valores adicionados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012.”

Para mais informações vide item 2.3 deste Formulário de Referência.

10.5 - Políticas contábeis críticas

A Companhia prepara as demonstrações financeiras com base em estimativas e suposições decorrentes da sua experiência e diversos outros fatores que acredita ser razoáveis e relevantes. As práticas contábeis críticas que são adotadas são aquelas que a administração da Companhia acredita serem relevantes para determinar a condição financeira e resultados operacionais, mas a definição de tais práticas é complexa e subjetiva, levando a administração a fazer estimativas sobre eventos futuros ou incertos. A aplicação das práticas e estimativas contábeis críticas geralmente requer que a administração se baseie em julgamentos sobre os efeitos de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

A conclusão de transações envolvendo tais estimativas e julgamentos podem afetar o patrimônio líquido e a condição financeira da Companhia, bem como o resultado operacional, já que os efetivos resultados podem diferir significativamente das estimativas. A Companhia revisa as estimativas e suposições correlatas pelo menos trimestralmente.

A preparação das demonstrações contábeis consolidadas e individuais de acordo com as normas IFRS e as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As notas explicativas demonstram a necessidade de adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuem um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas dentro do próximo exercício financeiro são:

- Imobilizado;
- Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas;
- Transações com partes relacionadas - Plano de opção de compra de ações; e
- Instrumentos financeiros e gestão de riscos

10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor independente

- a. grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las*

A diretoria da Companhia acredita que o grau de eficiência dos controles internos adotados para assegurar a elaboração das demonstrações financeiras é satisfatório. A Companhia está atenta às novas tecnologias e investe em seus controles a fim de aprimorá-los cada vez mais.

- b. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente*

Até a data de envio para a CVM deste Formulário de Referência a Companhia não havia recebido a carta de controle interno de 2013 do auditor independente.

Porém nos anos anteriores, em complemento à auditoria das demonstrações financeiras foi apresentado aos nossos Diretores um relatório de recomendações dos controles internos. As recomendações dos auditores independentes da Companhia são sobre controles sistêmicos e desenvolvimento de manuais de normas e procedimentos os quais em aderência ao plano de governança da Companhia a cada exercício estão sendo desenvolvidos e aprimorados.

A Diretoria da Companhia analisou as deficiências indicadas e está adotando planos de ação para corrigi-las e/ou aperfeiçoá-las. De qualquer modo, na avaliação dos diretores da Companhia, nenhum dos pontos identificados pelos auditores independentes se configura como uma deficiência significativa do sistema contábil e de controles internos.

10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Nos últimos três exercícios sociais, houve apenas uma oferta pública de distribuição de debêntures. O total de recursos captados na oferta pública distribuição de debêntures (2ª emissão) realizada em 2012 foi utilizado para o reforço de caixa e/ou investimentos nos projetos do LER 2010 e/ou A-3 2011. Para mais informações, veja item 18.5 deste Formulário de Referência.

b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não houve desvios entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas.

c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não se aplica tendo em vista não ter havido desvios.

10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

- a. os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como: i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; iv) contratos de construção não terminada; e v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos.*

Os Diretores da Companhia informam que a Companhia não possui, direta ou indiretamente, ativos ou passivos que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*).

A Companhia não mantém qualquer operação, contrato, obrigação ou outros tipos de compromissos em sociedades cujas demonstrações financeiras não sejam consolidadas ou outras operações passíveis de gerar um efeito relevante, presente ou futuro, nos resultados ou em sua condição patrimonial ou financeira, receitas ou despesas, liquidez, investimentos, caixa ou quaisquer outras não registradas nas demonstrações financeiras.

Não obstante, conforme mencionado no item riscos Relacionados à Geração de Energia acima, a Companhia pode ser obrigados a adquirir energia faltante no mercado de curto prazo (mercado *spot*), no qual o preço da energia costuma ser mais volátil, podendo ser maior do que o seu custo de produção.

- b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras*

Não há outros itens relevantes não evidenciados nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011.

10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há itens relevantes não evidenciados nas Demonstrações Financeiras Consolidadas relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011.

10.10 - Plano de negócios

a. *investimentos, incluindo:*

i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos;

Os investimentos nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011 foram destinados, principalmente, à montagem e instalação dos parques eólicos que comercializaram energia nos Leilões de Energia de Reserva de 2009 e 2010 e no Leilão de Energia Nova A-3 2011.

A tabela a seguir apresenta os investimentos da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011, contabilizados no fluxo de caixa da Companhia.

Período	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011
Investimento (em R\$ milhões)	1.130.878	599.775	733.737

A Companhia, além dos parques que comercializaram energia no LER 2009, LER 2010 e A-3 2011 e das PCHs em operação, a Companhia possui 1.082,6MW em capacidade instalada contratada que entrarão em operação até 2018.

ii) fontes de financiamento dos investimentos;

A Companhia utiliza linha de financiamento do BNDES, na modalidade *Project Finance* e outras dívidas, como por exemplo debêntures. Em 2013 a Companhia ou suas controladas contrataram empréstimos pontes junto ao BNDES e notas promissórias com banco comercial para financiar a construção dos parques do Complexo Eólico Alto Sertão II. Esses empréstimos de curto prazo serão quitados na data de desembolso do Contrato de Longo Prazo que será assinado entre a Companhia e o BNDES. Além disso, contratou financiamento com a FINEP para o desenvolvimento de estudos e pesquisas com a implantação de uma usina pioneira de geração e distribuição de energia híbrida (solar e eólica).

iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

A Companhia não realizou desinvestimentos durante os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011.

b. *aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia*

Não houve aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que influencie materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

c. *novos produtos e serviços, indicando: (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; e (iv) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.*

Não aplicável, pois não houve a inclusão de novos produtos e serviços em nossas linhas de negócios.

10.11 - Outros fatores com influência relevante

Informações Financeiras Consolidadas Pro Forma Não Auditadas

Nossos diretores, com o exclusivo objetivo de proporcionar uma melhor compreensão dos nossos resultados e de nossa posição patrimonial, levando em conta a aquisição de 51% do capital social da Brasil PCH pela Chipley em 14 de fevereiro de 2014 e o investimento na Companhia a ser realizado pela Cemig GT, ambas as transações de acordo com Acordo de Investimento Cemig GT celebrado em 08 de agosto de 2013 (conforme descritos a seguir), apresentam as informações financeiras consolidadas *pro forma* não auditadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

Estas Informações Financeiras Consolidadas Pro Forma Não Auditadas contemplam: (1) Balanço Patrimonial Consolidado Pro Forma em 31 de dezembro de 2013, se as transações mencionadas acima, tivessem ocorrido em 31 de dezembro de 2013; e (2) Demonstração do Resultado Consolidado Pro Forma para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, se as transações mencionadas acima, tivessem ocorrido em 01 de janeiro de 2013 ("Informações Financeiras Consolidadas Pro Forma Não Auditadas").

Base de preparação

As Informações Financeiras Consolidadas Pro Forma Não Auditadas foram elaboradas e apresentadas a partir das demonstrações financeiras históricas consolidadas e auditadas, da Companhia e da Brasil PCH:

- (a) Demonstrações financeiras consolidadas históricas da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013, elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("International Financial Reporting Standards" ou "IFRS") emitidas pelo "International Accounting Standards Board – IASB" e com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, auditadas, cujo relatório de auditoria datado de 17 de fevereiro de 2014 e inclui parágrafo de ênfase sobre o fato de os bens do ativo imobilizado da atividade de geração de energia no regime de produção independente serem depreciados pelo prazo de vida útil, considerando-se os fatos e circunstâncias que estão mencionados nas referidas normas, sendo que à medida que novas informações ou decisões do órgão regulador ou do poder concedente sejam conhecidas, o atual prazo de depreciação desses ativos poderá ou não ser alterado, conforme descrito na nota explicativa nº 2. A opinião não está ressalvada em função deste assunto.
- (b) Demonstrações financeiras consolidadas históricas da Brasil PCH relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, elaboradas de acordo com as IFRS emitidas pelo IASB e com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, auditadas, cujo relatório de auditoria datado de 24 de janeiro de 2014 inclui ênfases sobre:
 - O fato de que conforme descrito nas notas explicativas nº 3 e 11, os bens do ativo imobilizado da atividade de geração de energia no regime de produção independente serem depreciados pelo prazo de vida útil, considerando-se os fatos e circunstâncias que estão mencionados nas referidas normas, à medida que novas informações ou decisões do órgão regulador ou do poder concedente sejam conhecidas, o atual prazo de depreciação desses ativos poderá ou não ser alterado. A opinião não está ressalvada em função deste assunto.
 - O fato de que conforme descrito nas notas explicativas nº 1.3, as controladas Bonfante Energética S.A. e Monte Serrat Energética S.A. tiverem paralisações na geração de energia por conta de sinistros ocorridos nos seus equipamentos. A opinião não está ressalvada em função deste assunto.

Além das ênfases mencionadas acima, o relatório de auditoria apresenta ressalva sobre o fato de que conforme descrito na nota explicativa nº 16, a Brasil PCH emitiu ações resgatáveis, no

montante de R\$24,0 milhões, as quais têm data definida para resgate. De acordo com o CPC 39 – Instrumentos Financeiros: Apresentação (CPC 39), este valor deveria estar registrado no passivo circulante e não circulante, por não ser caracterizado como instrumento patrimonial. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2013, o passivo está diminuído e o patrimônio líquido aumentado em R\$24,0 milhões e o lucro líquido do exercício está aumentado em R\$4,1 milhões, devido ao fato que a remuneração dessas ações deveria ter sido tratada como despesa no resultado do exercício.

As Informações Financeiras Consolidadas Pro Forma Não Auditadas devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras históricas da Companhia e da Brasil PCH mencionadas acima.

As Informações Financeiras Consolidadas Pro Forma Não Auditadas foram preparadas conforme Orientação Técnica OCPC 06 – Apresentação de Informações Financeiras Pro Forma, emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovada pela CVM, com objetivo exclusivo de inclusão no Prospecto para Registro de Oferta Pública de Distribuição Secundária de Units de Emissão da Companhia. A preparação destas Informações Financeiras Consolidadas Pro Forma, foi realizada pela Companhia utilizando as melhores estimativas existentes na data de preparação deste Formulário de Referência, os ajustes pro forma, incluindo a alocação do preço pago na aquisição da participação societária na Brasil PCH (“Preço de Compra”), foram identificados com base nas informações existentes na data de preparação deste Formulário de Referência, representam os reflexos da alocação preliminar do Preço de compra, os quais podem diferir da alocação definitiva do Preço de compra que será preparada pela Companhia no momento da contabilização da aquisição da participação societária na Brasil PCH. Os ajustes pro forma foram determinados com base em premissas e estimativas, os quais a Companhia acredita serem razoáveis. Essas premissas e estimativas estão descritas em notas explicativas às Informações Financeiras Pro Forma Não Auditadas, as quais devem ser lidas em conjunto com as mesmas,

As Informações Financeiras Consolidadas Pro Forma não podem ser auditadas, pois a sua compilação apresenta uma situação hipotética e, consequentemente, não representa efetivamente a Demonstração de Resultado e nem o Balanço Patrimonial da Companhia caso as transações (aporte de capital da Cemig GT e a aquisição da Brasil PCH) tivessem, de fato ocorrido em 01 de janeiro de 2013 e 31 de dezembro de 2013, respectivamente. Por essa razão, as Informações Financeiras Consolidadas Pro Forma Não Auditadas foram objeto de relatório de asseguarção limitada elaborado de acordo com as normas brasileiras e internacionais de serviços de asseguarção (Deliberação CVM 708, nos termos da NBC TO 3420 – “Trabalho de Asseguarção sobre a Compilação de Informações Financeiras Pro Forma incluídas no Prospecto e ISAE 3420 – *“Assurance Engagements to Report on the Compilation of Pro Forma Financial Information Included in a Prospectus”*”).

As Informações Financeiras Consolidadas Pro forma Não Auditadas, foram elaboradas e apresentadas exclusivamente para fins ilustrativos caso as transações apresentadas acima, tivessem ocorrido em 01 de janeiro de 2013 e 31 de dezembro de 2013, respectivamente. Tais Informações Financeiras Consolidadas Pro Forma Não Auditadas não devem ser utilizadas como indicativo de resultados futuros da Companhia ou interpretadas como demonstração de seu resultado efetivo, tampouco são indicativos de resultados e desempenhos futuros da Companhia.

As Informações Financeiras Consolidadas Pro Forma Não Auditadas devem ser lidas em conjunto com os itens 6.5 e 10.1 (h) deste Formulário de Referência e as demonstrações financeiras consolidadas históricas auditadas da Companhia e da Brasil PCH.

Descrição das transações

Em 08 de Agosto de 2013 foi celebrado o Acordo de Investimento Cemig GT, com o objetivo de regular a entrada da Cemig GT no bloco de controle da Companhia, por meio da subscrição e integralização pela Cemig GT de novas ações ordinárias a serem emitidas pela Companhia, bem como a estruturação da Chipley, sociedade com participação de Cemig GT e da Companhia, para a qual foi cedida a posição contratual do Contrato de Compra e Venda de ações da Brasil

PCH, celebrado entre Cemig GT e a Petrobrás, em 14 de junho de 2013.

A conclusão da aquisição da Brasil PCH estava sujeita a algumas condições suspensivas que não encontravam-se atendidas em 31 de dezembro de 2013. No entanto, em 14 de fevereiro de 2014, após o cumprimento das mesmas, a operação foi concluída, por meio de um AFAC (adiantamento para futuro aumento de capital) de R\$739,9 milhões (referentes ao valor de R\$676,5 milhões definido no Contrato de Compra e Venda de Ações da Brasil PCH, atualizado pela variação do CDI acrescida de 2% a.a. de 31 de dezembro de 2012 até 14 de fevereiro de 2014) feito pela Cemig GT na Chipley, os recursos foram utilizados integralmente para o pagamento da aquisição de 51,0% do capital da Brasil PCH. Para mais informações, vide item 6.5 deste Formulário de Referência.

Apesar de a Chipley ter adquirido 51% de participação societária na Brasil PCH, o Acordo de Acionistas Brasil PCH estabelece que existe um controle compartilhado entre as partes, uma vez que a eleição da diretoria e as decisões sobre o direcionamento das atividades relevantes que impactam os resultados financeiros e planos de negócios da Brasil PCH exigirão a aprovação pela maioria dos membros de seu Conselho de Administração, sendo que metade de seus membros é eleita pela Chipley e metade pelos demais acionistas que agem em bloco. Por esta razão, nosso investimento em Brasil PCH será contabilizado como um investimento em negócio em conjunto de acordo com o CPC 19 (R2) – Negócios em Conjunto e na IFRS 11 – *Joint Ventures*, e nossa participação nos resultados será pelo método de equivalência patrimonial.

Adicionalmente a Companhia aprovará, por meio do seu Conselho de Administração, um aumento de capital no valor total de até R\$3,2 bilhões, pelo preço de emissão de R\$16,2266 por ação ordinária (equivalente a R\$48,6798 por Unit), que será corrigido pela variação do CDI de 31 de dezembro de 2012 até a data de sua aprovação pelo Conselho de Administração.

De acordo com o Acordo de Investimento, os direitos de preferência de participar no aumento de capital das ações que integram o bloco de controle formado pelos acionistas RR Participações e Light Energia foram cedidos para a Cemig GT, que assim, assumirá o compromisso de subscrever e integralizar 87.186.035 ações ordinárias de emissão da Companhia, o que correspondia em 31 de dezembro de 2012 ao montante total aproximado de R\$1,4 bilhão, sendo que, do referido valor, R\$739,9 milhões serão integralizados mediante cessão à Companhia, do AFAC realizado pela Cemig GT na Chipley. O saldo do capital subscrito será integralizado pela Cemig GT em caixa, conforme Acordo de Investimento Cemig GT. Ainda segundo o Acordo de Investimento Cemig GT, a subscrição de ações poderá ser realizada pela própria Cemig GT e/ou FIP, ou, ainda, SPE controlada por tal fundo. O valor da integralização remanescente deste aumento de capital dependerá da participação dos acionistas.

Balanco Patrimonial Pro forma Não Auditado em 31 de Dezembro de 2013

	Consolidado	Ajustes pro forma	Consolidado
	31/12/2013	(a)	31/12/2013
	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil
ATIVO			
Caixa e equivalentes de caixa	132.598		132.598
Aplicações Financeiras	241.449		241.449
Contas a receber	20.923		20.923
Impostos a recuperar	10.751		10.751
Adiantamentos a fornecedores	5.065		5.065
Pagamentos antecipados	2.338		2.338
Cauções e depósitos vinculados	27.231		27.231
Outros créditos	1.260		1.260
Total dos ativos circulantes	441.615	-	441.615
Cauções e depósitos vinculados	123.981		123.981
Impostos diferidos	948		948
Outros créditos	150		150
Investimentos	-	739.943	739.943
Imobilizado	3.105.485		3.105.485
Intangível	-		-
Total dos ativos não circulantes	3.230.564	739.943	3.970.507
Total do ativo	3.672.179	739.943	4.412.122
PASSIVO			
Fornecedores	244.434		244.434
Empréstimos e financiamentos	1.100.134		1.100.134
Debêntures	11.239		11.239
Impostos a recolher	7.549		7.549
Salários e férias a pagar	8.465		8.465
Contas a pagar CCEE/Eletrabras	8.936		8.936
Outras contas a pagar	182		182
Total dos passivos circulantes	1.380.939	-	1.380.939
Empréstimos e financiamentos	953.855		953.855
Debêntures	325.028		325.028
Contas a pagar CCEE/Eletrabras	11.670		11.670
AFAC	-	-	-
Provisão para contingências	87		87
Total dos passivos não circulantes	1.290.640	-	1.290.640
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital Social	1.017.697	739.943	1.757.640
(-) Custo na emissão de ações	(36.112)		(36.112)
Reserva de capital	55.067		55.067
Prejuízos acumulados	(36.052)		(36.052)
Patrimônio líquido	1.000.600	739.943	1.740.543
Total do Passivo, Patrimônio líquido	3.672.179	739.943	4.412.122

Demonstração do Resultado Pro forma Não Auditado em para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2013

	Consolidado	Equivalência Patrimonial	Ajustes Pro-forma		Consolidado Pro forma
	31/12/2013	(b)	(c)	(d)	31/12/2013
	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	226.011				226.011
CUSTOS DOS SERVIÇOS					
Depreciação e amortização	(68.449)				(68.449)
Custo de operação	(18.154)				(18.154)
Encargos de uso do sistema de distribuição	(11.437)				(11.437)
Total	(98.040)		-	-	(98.040)
LUCRO BRUTO	127.971		-	-	127.971
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS					
Gerais e administrativas	(38.306)				(38.306)
Depreciações	(1.077)				(1.077)
Outras receitas (despesas), líquidas	(86)				(86)
Resultado de equivalência patrimonial	-	39.991	(3.761)	(36.628)	(398)
Total	(39.469)	39.991	(3.761)	(36.628)	(39.867)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS IMPOSTOS SOBRE O LUCRO	88.502	39.991	(3.761)	(36.628)	88.104
REULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	32.426				32.426
Despesas financeiras	(104.687)				(104.687)
Total	(72.261)	-	-	-	(72.261)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	16.241	39.991	(3.761)	(36.628)	15.843
Imposto de renda e contribuição social - correntes	(9.994)				(9.994)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	24				24
Total	(9.970)	-	-	-	(9.970)
LUCRO DO EXERCÍCIO	6.271	39.991	(3.761)	(36.628)	5.873

As Informações Financeiras Consolidadas Pro Forma Não Auditadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas a partir das demonstrações financeiras históricas da Companhia e da Brasil PCH e os ajustes *pro forma* foram determinados com base em premissas e estimativas, as quais acreditamos serem razoáveis e incluem os seguintes ajustes:

Balanço Patrimonial Consolidado Pro Forma

- a) **Aquisição Brasil PCH e integralização de capital Cemig GT** - Ajuste *pro forma* referente ao registro da integralização de capital da Cemig GT na Companhia mediante cessão de AFAC feito à Chipley em 14 de fevereiro de 2014 no valor de R\$739,9 milhões. Para fins de Informações Financeiras Consolidadas Pro Forma Não Auditadas, a Companhia considerou que o AFAC cedido pela Cemig GT seria imediatamente convertido em capital social na Chipley e participação societária na Brasil PCH contabilizada como um investimento avaliado pelo método de equivalência patrimonial.

Demonstração de Resultado Consolidada Pro Forma

- b) **Reconhecimento de equivalência patrimonial** - Ajuste *pro forma* referente ao reconhecimento da equivalência patrimonial, relativa à participação de 51% no resultado da Brasil PCH S.A. para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 no montante de R\$40,0 milhões.
- c) **Alinhamento de práticas contábeis** - Para fins de alinhamento de práticas contábeis, a Companhia reclassificou o montante de R\$24,0 milhões, relativo ao valor das ações preferenciais resgatáveis existentes na Brasil PCH do patrimônio líquido para o passivo, para o adequado atendimento do CPC 39 – Instrumentos Financeiros: Apresentação, utilizando para fins de análise dos demais ajustes *pro forma*, um patrimônio líquido da Brasil PCH ajustado já contemplando o efeito dessa reclassificação.

Dessa forma, para fins de preparação das Informações Financeiras Consolidadas Pro Forma Não Auditadas, a Companhia considerou que o valor pago aos portadores das ações preferenciais a título de dividendos fixos representaria uma despesa financeira no resultado da Brasil PCH. O efeito na demonstração do resultado da Companhia destes dividendos fixos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 é R\$3,8 milhões.

- d) **Alocação preliminar do preço de compra** - Para fins de preparação das Informações Financeiras Pro Forma Não Auditadas, a Companhia com base na melhor estimativa existente hoje, preparou uma alocação preliminar do preço de compra pago pelas ações da Brasil PCH e consequente identificação e mensuração da participação da Companhia no valor justo dos ativos e passivos existentes na Brasil PCH. O valor da mais valia paga na aquisição da Brasil PCH foi relativo substancialmente ao valor justo das autorizações de fornecimento de energia possuídas pelas controladas da Brasil PCH.

A Companhia acredita que após a conclusão do processo de alocação do preço de compra, além da parcela de mais valia alocada as autorizações, haja alocação de mais valia ao ativo imobilizado e aos empréstimos e financiamentos.

Pelo fato de serem ativos intangíveis identificados com vida útil definida os mesmos serão amortizados, em base linear, pelo prazo médio estimado de 20 anos contados a partir de 1º de janeiro de 2013 até o final de suas autorizações. Estes ajustes *pro forma* refletem a despesa com amortizações de tais ativos intangíveis, caso tivessem sido reconhecidos em 1º de janeiro de 2013. A despesa de amortização combinada para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 é de R\$36,6 milhões. Cabe ressaltar que a alocação preliminar do Preço de Compra, foi realizada com base nas informações existentes na data de preparação deste Formulário de Referência, a qual pode diferir da alocação definitiva do Preço de compra que será realizada pela Companhia no momento da contabilização definitiva da aquisição da participação societária na Brasil PCH.

ANEXO II

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO

ANEXO 9-1-II da ICVM 481/09

1. Informar o lucro líquido do exercício.

A Companhia apresentou lucro líquido de R\$5.529.581,66 no exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados.

Não aplicável.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído.

Não aplicável.

4. Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Não aplicável.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe.

Não aplicável.

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio.

Não aplicável.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio.

Não aplicável.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento.

Não aplicável.

- 6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.**

a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados.

Não aplicável.

b. Informar a data dos respectivos pagamentos.

Não aplicável.

- 7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:**

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

Em 2013, a Companhia apurou lucro líquido de R\$5.529.581,66, os quais foram absorvidos por prejuízos acumulados. A Companhia não apresentou lucro no exercício de 2010, tendo apresentado lucro líquido de R\$1.059.771,92 no exercício de 2011, os quais foram absorvidos por prejuízos acumulados. A Companhia não apresentou lucro no exercício de 2012.

b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

Não aplicável.

- 8. Havendo destinação de lucros à reserva legal**

a. Identificar o montante destinado à reserva legal

Não aplicável.

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

Não aplicável.

- 9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou**

mínimos (a) Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos; (b) Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos; (c) Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa; (d) Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais; (e) Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

A Companhia emitiu apenas uma classe de ações preferenciais, as quais têm direito a participar nos lucros distribuídos em igualdade de condições com as ações ordinárias. Tendo em vista que o lucro líquido do exercício foi utilizado para compensação de prejuízo, não haverá distribuição de dividendos.

Ademais, nos termos do artigo 52, Parágrafo Primeiro, do Estatuto Social da Companhia, o pagamento do dividendo obrigatório poderá ser limitado ao montante do lucro líquido que houver sido realizado, não sendo cumulativa eventual parcela não paga.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

De acordo com o Artigo 52, caput, do Estatuto Social da Companhia, o dividendo obrigatório corresponde a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido (i) da parcela destinada à constituição da Reserva Legal; e (ii) da parcela destinada à formação de Reserva para Contingências e reversão dessa reserva formada em exercícios anteriores.

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

Não aplicável.

c. Informar o montante eventualmente retido

Não aplicável.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

a. Informar o montante da retenção

Não aplicável.

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

Não aplicável.

- c. Justificar a retenção dos dividendos**

Não aplicável.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

- a. Identificar o montante destinado à reserva**

Não aplicável.

- b. Identificar a perda considerada provável e sua causa**

Não aplicável.

- c. Explicar porque a perda foi considerada provável**

Não aplicável.

- d. Justificar a constituição da reserva**

Não aplicável.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

- a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar**

Não aplicável.

- b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva**

Não aplicável.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

- a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva**

Não aplicável.

- b. Identificar o montante destinado à reserva**

Não aplicável.

- c. Descrever como o montante foi calculado**

Não aplicável.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

a. Identificar o montante da retenção

Não aplicável.

b. Fornecer cópia do orçamento de capital

Não aplicável.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a. Informar o montante destinado à reserva

Não aplicável.

b. Explicar a natureza da destinação

Não aplicável.

ANEXO III

INFORMAÇÕES SOBRE A REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

ITEM 13 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

13.1. Política e prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

A) objetivos da política ou prática da remuneração;

A prática de remuneração da Companhia tem por objetivo: (i) alinhar os interesses dos administradores e empregados aos interesses dos acionistas; (ii) alinhar os interesses dos administradores e empregados aos interesses e objetivos de curto e longo prazo da Companhia; e (iii) atrair e reter profissionais de qualidade.

B) composição da remuneração, inclusive:

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles;

A composição da remuneração da Diretoria Estatutária é formada por: (i) uma remuneração fixa mensal com o objetivo de incentivar os diretores e consequentemente gerar valor para a Companhia, bem como otimizar o investimento da Companhia em recursos humanos para atrair e a reter profissionais capacitados e considerados fundamentais para a sustentabilidade de seus negócios; e (ii) remuneração variável pautada num Plano de Opção que institui uma premiação concedida no formato de opção de compra de ações da Companhia, com o objetivo de manter um compromisso de longo prazo, alinhando os interesses da administração com os interesses dos acionistas da Companhia. O Plano de Opção se divide em 02 programas vigentes, denominados Programa 2011 e Programa 2013. Os benefícios recebidos pelos Diretores são assistência médica, odontológica e seguro de vida. A Companhia não remunera seus administradores e empregados por participação em comitês.

O Conselho de Administração não será remunerado no exercício 2014.

Conforme previsto no Plano de Opção, os membros do Conselho de Administração, na qualidade de administradores, poderão ser selecionados como participantes, além de empregados, Diretores e pessoas físicas que prestam serviços à Companhia ou a controladas. Para o caso de eventual outorga de opções a membros do Conselho de Administração, a fim de evitar a existência de conflitos de interesse, a matéria seria levado para deliberação da Assembleia Geral da Companhia.

Isso porque, conforme dispõe o item 3.4 do Plano de Opção, tratando-se esse de um caso omissivo e passível de conflito de interesse caso seja regulado pelo próprio Conselho de Administração, é permitido ao Conselho de Administração consultar a Assembleia Geral sobre qualquer tema que entenda necessário.

Ainda, a Companhia esclarece que até a presente data não foram realizadas outorgas de opções para membros do Conselho de Administração da Companhia.

A Companhia não possui um Conselho Fiscal instalado.

A Companhia possui diretores não estatutários.

A composição da remuneração dos Diretores não estatutários é formada por: (I) remuneração fixa mensal; (II) benefícios diretos ou indiretos (III) remuneração variável de curto prazo (IV) remuneração variável de longo prazo.

(ii) qual a proporção de cada elemento na remuneração total;

A tabela abaixo apresenta as proporções médias de cada elemento da remuneração dos administradores da Companhia em relação ao exercício social encerrado em 2013, considerando nossa política de remuneração em vigor:

Órgão	Fixo	Benefícios	Bônus	Ações
Diretoria Estatutária	20%	2%	0%	78%
Conselho de Administração	100%	N/A	N/A	N/A
Comitês Estatutários	N/A	N/A	N/A	N/A
Conselho Fiscal	N/A	N/A	N/A	N/A

(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração;

A remuneração fixa dos administradores da Companhia é estabelecida de acordo com referências de mercado, usando a metodologia Mercer de avaliação de cargos e salários. Visa atrair e reter profissionais que agreguem para os resultados da Companhia. O valor da remuneração é reajustado se avaliada necessidade por uma variação apontada na pesquisa salarial anual e mediante a *performance* dos profissionais.

(iv) razões que justificam a composição da remuneração.

Conforme exposto no item (i) acima, a composição da remuneração nesse modelo visa alinhar os interesses e reter profissionais de qualidade. A composição da remuneração considera as responsabilidades de cada cargo, avaliada com base na metodologia Mercer e tem como parâmetro os valores praticados pelo mercado para os profissionais que exercem funções com complexidade similar. A parcela variável tem como objetivo motivar os administradores a trabalharem pelo cumprimento das metas e entrega de projetos.

C) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração;

A remuneração fixa não considera indicadores de desempenho.

A remuneração variável (opção de compra de ações) é estabelecida com base na *performance* pessoal dos membros da administração, resultados globais da empresa e cumprimento das metas estabelecidas. No Plano de Opção é negociado com o administrador o número de ações e o

montante acompanha a valorização de mercado prevista.

Programa 2011: O indicador de desempenho que é levado em consideração na definição da remuneração variável dos membros da administração é a geração de valor para Companhia, por meio da evolução na implantação de empreendimentos de geração de energia.

Programa 2013: O indicador de desempenho que é levado em consideração na definição da premiação variável dos membros da administração é a *performance* do negócio e a geração de valor para a Companhia.

D) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho; e

No Programa 2011, embora a Companhia considere índices de desempenho para a determinação do montante a ser outorgado, conforme indicado no item “C” acima, a Companhia não adota mecanismos formais e estruturados para avaliar a evolução de referidos indicadores de desempenho. Como regra geral, essa discussão acontece no âmbito das reuniões de nosso Comitê de Talentos e Remuneração, que assessora o Conselho de Administração inclusive em relação à política de remuneração.

No Programa 2013, o indicador de desempenho utilizado como base de análise é o plano de ação consolidado de metas da Companhia, assim como a avaliação subjetiva da geração de valor para a Companhia. O plano de ação consolidado é medido anualmente com base em indicadores definidos como prioritários pelos acionistas. Como regra geral, essa discussão acontece no âmbito das reuniões de nosso Comitê de Talentos e Remuneração, que assessora o Conselho de Administração inclusive em relação à política de remuneração.

E) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo.

A prática de remuneração variável baseado no Plano de Opção da Companhia se alinha com os objetivos de longo prazo da Companhia.

No Programa 2011 as outorgas das ações ocorrem a partir de eventos específicos da vida dos projetos de geração de energia, tais como a homologação do resultado do leilão, a assinatura de financiamento, a entrada em operação comercial e o aniversário de 1 (um) ano da entrada em operação de um *pool* de projetos.

No Programa 2013 as outorgas das ações ocorrem em montantes sugeridos a partir da *performance* do negócio e da avaliação do valor gerado para o negócio, considerando a valorização esperada da empresa no longo prazo.

F) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

Os administradores da Companhia não recebem remuneração de suas subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

G) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor.

Não há qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como alienação do controle societário da Companhia.

13.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal.

Remuneração total prevista para o exercício social corrente (encerrado em 31/12/2014) – valores anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	16,75	5,0	--	21,75
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró labore	0,0	R\$ 2.666.915,99	--	R\$ 2.666.915,99
Benefícios direto e indireto	0,00	R\$ 335.566,51	--	R\$ 335.566,51
Participações em comitês	0,00	0,00	--	0,00
Outros	0,00	0,00	--	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	--	--	--	--
Remuneração variável				
Bônus	0,00	R\$ 4.206.924,27	--	R\$ 4.206.924,27
Participação nos resultados	0,00	0,00	--	0,00
Participação em reuniões	0,0	0,00	--	0,00
Comissões	0,00	0,00	--	0,00
Outros	0,00	R\$ 200.000,00	--	R\$ 200.000,00
Descrição de outras remunerações variáveis	--	--	--	--
Pós-emprego	0,00	0,00	--	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	--	0,00
Baseada em ações	0,00	R\$ 3.409.163,69	--	R\$ 3.409.163,69
Observação	--	--	--	--
Total da Remuneração	00,00	R\$ 10.818.570,46	--	R\$ 10.818.570,46

Remuneração total do exercício social encerrado em 31/12/2013 – valores anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	13,25	4,75	--	18
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró labore	114.000,00	R\$ 1.930.846,18	--	R\$ 2.044.846,18
Benefícios direto e indireto	0,00	R\$ 231.701,54	--	R\$ 231.701,54
Participações em comitês	0,00	0,00	--	0,00
Outros	0,00	0,00	--	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	--	--	--	--
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	--	0,00
Participação nos resultados	0,00	0,00	--	0,00
Participação em reuniões	00,00	0,00	--	0,00
Comissões	0,00	0,00	--	0,00
Outros	0,00	0,00	--	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	--	--	--	--
Pós-emprego	0,00	0,00	--	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	--	0,00
Baseada em ações	0,00	R\$ 7.935.921,44	--	0,00
Observação		--	--	--

Total da Remuneração	R\$114.000,00	R\$ 10.098.469,16	--	R\$ 10212469,16
-----------------------------	----------------------	--------------------------	-----------	------------------------

Remuneração total do exercício social encerrado em 31/12/2012 – valores anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	13,91	4,91	--	18,82
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró labore	214.000,00	1.726.198,67	--	1.940.198
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	--	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	--	0,00
Outros	0,00	0,00	--	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	--	--	--	--
Remuneração variável				
Bônus	0,00	679.950,08	--	0,00
Participação nos resultados	0,00	0,00	--	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	--	0,00
Comissões	0,00	0,00	--	0,00
Outros	0,00	0,00	--	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	--	--	--	--
Pós-emprego	0,00	0,00	--	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	--	0,00
Baseada em ações	0,00	1.703.469,1	--	1.703.469,1
Observação	Durante o exercício social de 2012, a Companhia possuía 2 membros remunerados no Conselho de Administração.			
Total da Remuneração	214.000,00	R\$ 4.109.617,85	--	4.323.617,85

Remuneração total do exercício social encerrado em 31/12/2011 – valores anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	9,33	5,83	--	15,16
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró labore	96.000,00	1.789.435,40	--	1.885.435,40
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	--	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	--	24.000,00
Outros	0,00	0,00	--	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	--	--	--	--
Remuneração variável				
Bônus	0,00	105.000,00	--	105.000,00
Participação nos resultados	0,00	0,00	--	0,00
Participação em reuniões	24.000,00	0,00	--	0,00
Comissões	0,00	0,00	--	0,00
Outros	0,00	0,00	--	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	--	--	--	--
Pós-emprego	0,00	0,00	--	0,00

Cessação do cargo	0,00	0,00	--	0,00
Baseada em ações	0,00	9.227.900,40	--	9.227.900,40
Observação	Durante o exercício social de 2011, a Companhia possuía 2 membros remunerados no Conselho de Administração.	--	--	--
Total da Remuneração	120.000,00	11.122.835,80	--	11.242.835,80

13.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

2014

	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	16,75	5	--	21,75
Bônus	N/A	R\$4.206.924,27	N/A	N/A
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração - metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação no resultado	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A

2013

	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	13,25	4,75	N/A	18
Bônus	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A

Valor previsto no plano de remuneração - metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação no resultado	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A

2012

	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	14	5	N/A	19
Bônus	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração - metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação no resultado	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A

Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A
--------------------------------	-----	-----	-----	-----

2011

	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	14	7	N/A	21
Bônus	N/A	105.000,00	N/A	N/A
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração - metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação no resultado	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A

13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente:

a) Termos e condições gerais

A Companhia poderá outorgar, a critério do Conselho de Administração, opção de compra de ações àqueles indicados pela Diretoria e Comitê de Talentos e Remuneração. As opções são outorgadas nos termos de Programas estabelecidos com base no Plano de Opção de Compra de Ações (“Plano de Opção”) aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 18 de janeiro de 2010.

O Conselho de Administração, conforme o caso, criará Programas de Opção de Compra de Ações (“Programas”) onde serão definidos: (i) os beneficiários do Programa, (ii) o número total de ações da

Companhia objeto da outorga, o qual poderá ser dividido em lotes, (ii) o preço de exercício, (iv) os prazos para o exercício da opção e (v) eventuais restrições às ações recebidas pelo exercício da opção e disposições sobre penalidade. Quando do lançamento de cada Programa, o Conselho de Administração fixará os termos e condições de cada opção em Contrato de Outorga de Opções (“Contrato de Outorga”) a ser celebrado entre nós e cada beneficiário. O Contrato de Outorga deverá definir pelo menos as seguintes condições:

- (i) o número de ações que o beneficiário terá direito de adquirir ou subscrever com o exercício da opção e o preço por ação, de acordo com o Programa;
- (ii) o prazo inicial de carência durante o qual a opção não poderá ser exercida e as datas limite para o exercício total ou parcial da opção e em que os direitos decorrentes da opção expirarão;
- (iii) eventuais normas sobre quaisquer restrições à transferência das ações recebidas pelo exercício da opção e disposições sobre penalidades para o descumprimento destas restrições; e
- (iv) quaisquer outros termos e condições que não estejam em desacordo com o Plano de Opção e respectivo Programa.

Por fim, cabe mencionarmos que o prazo de vigência do Plano de Opção é indeterminado, podendo o mesmo ser extinto a qualquer tempo por decisão do Conselho de Administração.

Programa 2011: As opções de compra de ações outorgadas nos termos do Programa 2011 poderão ser exercidas em 04 lotes condicionados a cumprimento de etapas dos projetos. Por meio de deliberação tomada em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 26 de junho de 2013, a outorga de novas opções de compra de ações da Companhia com base no Programa 2011 foi suspensa. Após o cumprimento das obrigações já assumidas pela Companhia decorrentes da aplicação do Programa 2011, ele se tornará cancelado de pleno direito e não produzirá efeitos perante seus beneficiários.

Programa 2013: As opções de compra de ações outorgadas nos termos do Programa 2013 poderão ser exercidas em quatro lotes anuais iguais, cada um equivalente a 25% do total das opções concedidas, a partir de um ano da data da assinatura dos Contratos de Outorga, por um prazo de 6 anos a contar da assinatura do respectivo Contrato de Outorga. Até a data deste Formulário de Referência, não houve outorga de opções de compra de ações no âmbito do referido Programa 2013. A Reunião do Conselho de Administração, realizada em 26 de junho de 2013, aprovou o Programa 2013 e estabeleceu que ele deverá ser aplicado a todas as novas outorgas de opção de compra de ações aos beneficiários eleitos por deliberação do Conselho de Administração.

b) Principais objetivos do plano

O Plano de Opção tem como principal objetivo atrair e reter profissionais qualificados e estimular a expansão e a consecução dos objetivos sociais da Companhia, alinhando interesses de seus acionistas e administradores. Aplicável aos Programas 2011 e 2013.

c) Forma como o plano contribui para esses objetivos

O Plano de Opção contribui para esses objetivos alinhando interesses de administradores,

Companhia e seus acionistas. Atribui aos administradores remuneração variável atrelada à criação de valor e à expansão da capacidade instalada da Companhia. Aplicável aos Programas 2011 e 2013.

d) Como o plano se insere na política de remuneração da Companhia

O Plano de Opção possibilita que administradores se tornem sócios em condições diferenciadas, dessa forma constitui instrumento de incentivo para o comprometimento dos administradores da Companhia com o futuro dessa e a geração de valor, estimulando o cumprimento das metas determinadas pelo Conselho de Administração. Atinge-se, ainda, por meio desse modelo, o compartilhamento dos riscos e dos ganhos da Companhia, mediante a valorização das ações adquiridas. O plano de remuneração baseado em opções de compra de ações privilegia a meritocracia e as metas estabelecidas pelo Conselho de Administração. Aplicável aos Programas 2011 e 2013.

e) Como o plano alinha os interesses dos administradores e da Companhia a curto, médio e longo prazo

O Plano de Opção alinha os interesses de administradores, Companhia e acionistas pela atribuição de remuneração aos administradores de acordo com a criação de valor e a expansão da capacidade instalada da Companhia. Por meio do Plano de Opção, incentivamos a permanência dos executivos da Companhia em seus respectivos cargos e o comprometimento com resultados de longo prazo, para que tais resultados possam se reverter em favor desses administradores em forma de remuneração variável. Com a possibilidade de acordo com a sua *performance*, Essa prática visa a atração e manutenção executivos qualificados e comprometidos com a Companhia e com o seu desenvolvimento. Aplicável aos Programas 2011 e 2013.

f) Número máximo de ações abrangidas

O Plano de Opção pode abranger até 5% das ações de emissão da Companhia. Aplicável aos Programas 2011 e 2013.

g) Número máximo de opções a serem outorgadas

Desde que respeitado o número máximo de ações abrangidas pelo Plano de Opção, não há número máximo de opções a serem outorgadas. Aplicável aos Programas 2011 e 2013.

h) Condições de aquisição de ações

No Programa 2011, as condições para aquisição de ações são definidas pelo Conselho de Administração quando da assinatura do Contrato de Outorga com o respectivo participante. Os beneficiários estarão sujeitos às regras restritivas ao uso de informações privilegiadas aplicáveis às companhias abertas.

No Programa 2013, a opção poderá ser exercida total ou parcialmente durante o prazo e nos períodos fixados em cada Contrato de Outorga. Se a opção for exercida parcialmente, o titular da opção poderá exercer o remanescente dos direitos decorrentes do Contrato de Outorga dentro dos prazos e nas condições estipuladas neles, ressalvadas as hipóteses previstas no Plano de Opção. Os beneficiários estarão sujeitos às regras restritivas ao uso de informações privilegiadas aplicáveis às companhias abertas. Até a data deste Formulário de Referência, não houve outorga de opções de compra de ações no âmbito do referido Programa 2013.

i) Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

No Programa 2011, as opções já outorgadas tiveram seu preço de exercício fixado com base no patrimônio líquido contábil da Companhia em 31 de dezembro de 2008. As condições para exercício das opções são definidas pelo Conselho de Administração quando da assinatura do Contrato de Outorga com o respectivo participante.

No Programa 2013, as opções a serem outorgadas terão seu preço de exercício fixado com base na média, ponderada por volume de negócios, da cotação da ação da Companhia nos últimos 30 pregões anteriores ao da outorga, a ser corrigido por inflação até a data de exercício das opções de compra de ações.

j) Critérios para fixação do prazo de exercício

No Programa 2011, o prazo de exercício é definido pelo Conselho de Administração quando da assinatura do Contrato de Outorga com o respectivo participante.

No Programa 2013, o prazo de exercício é sempre o prazo máximo previsto para o Programa 2013.

k) Forma de liquidação

A liquidação é feita à vista, no ato da aquisição ou na forma determinada pelo Conselho de Administração para cada Contrato de Outorga, preferencialmente em dinheiro, podendo o Conselho de Administração, ao seu exclusivo critério, estabelecer nos respectivos Contratos de Outorga outras formas, condições e prazos de pagamento. Aplicável aos Programas 2011 e 2013.

l) Restrições à transferência das ações

O beneficiário só poderá vender, locar, transferir, onerar ou, de qualquer forma, alienar as ações da Companhia adquiridas no âmbito do Plano de Opção, desde que sejam respeitadas todas as condições previstas no Contrato de Outorga, no Plano de Opção, na Política de Negociação de Valores Mobiliários e na legislação e regulamentação aplicáveis.

m) Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O Conselho de Administração da Companhia poderá, a qualquer tempo, alterar ou extinguir o Plano de Opção ou ainda estabelecer a regulamentação aplicável aos casos omissos.

n) Efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Exceto na hipótese de desligamento do administrador por justa causa:

(i) em caso de desligamento por iniciativa do participante ou da companhia, o participante perderá, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização, todas as opções que lhe tenham sido concedidas e que ainda não sejam exercíveis na data do desligamento; e

(ii) o participante poderá exercer as opções que forem exercíveis na data do desligamento, exclusivamente no prazo de 1 (um) ano contado da data do desligamento, mediante entrega de comunicação por escrito.

Na hipótese de o desligamento ter ocorrido por iniciativa da Companhia e tiver sido sem justa causa, o participante terá direito a exercer parte das opções que já lhe tenham sido outorgadas, em proporção a ser determinada de acordo com deliberação do Conselho de Administração.

Nas hipóteses de desligamento do participante da companhia, as opções outorgadas nos termos do Plano de Opção voltarão a estar disponíveis para outorga a outros participantes, nos termos do Plano de Opção.

No caso de falecimento ou invalidez permanente, o participante:

(i) perderá imediatamente as opções outorgadas, mas que ainda não forem exercíveis na data do falecimento ou da verificação da invalidez permanente, voltando tais opções a estar novamente disponíveis para outorga sob os termos e condições do Plano de Opção; e

(ii) as opções que já forem exercíveis na data do falecimento ou da invalidez permanente do participante poderão ser exercidas pelos herdeiros ou sucessores do participante, por sucessão legal ou por disposição testamentária, ou pelo inventariante, no caso de morte do participante, ou pelo próprio participante, no caso de invalidez permanente, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da morte do participante ou da regular constatação, nos termos da legislação aplicável, do seu estado de invalidez permanente.

No caso de aposentadoria do participante, o Conselho de Administração decidirá caso a caso o tratamento que será dado às opções já outorgadas, mas ainda não exercíveis. Já as opções que forem exercíveis na data da aposentadoria do participante poderão ser exercidas no prazo a ser determinado pelo Conselho de Administração.

As regras descritas acima são aplicáveis aos Programas 2011 e 2013.

Além dessas regras gerais disciplinadas pelo Plano de Opção, os contratos de cada participante podem prever algumas situações específicas, conforme determinado pelo Conselho de Administração.

13.5. Ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social:

A tabela abaixo indica a quantidade de ações detidas diretamente pelos Conselheiros e Diretores da Companhia, e o percentual que suas participações individuais representam na quantidade total de ações emitidas, em 31 de dezembro de 2013:

Órgão	Quantidade de Ações em 31/12/2013			
	ON	% ON	PN	% PN
Conselho de Administração	289.574	0,18%	577.746	0,78%
Diretoria	253.302	0,16%	506.599	0,68%

13.6. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos

exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária: (a) órgão; (b) número de membros; (c) em relação a cada outorga de opções de compra de ações; (i) a data de outorga; (ii) quantidade de opções outorgadas; (iii) prazo para que as opções se tornem exercíveis; (iv) prazo máximo para exercício das opções; (v) prazo de restrição à transferência das ações; (vi) preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções: (I) em aberto no início do exercício social; (II) perdidas durante o exercício social; (III) exercidas durante o exercício social; (IV) expiradas durante o exercício social; (d) valor justo das opções na data de outorga; (e) diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas.

Em relação ao Programa 2013:

Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social corrente (2014):

Remuneração baseada em ações - prevista para exercício corrente	
Diretoria estatutária	
Nº membro que terão ações outorgadas	4
Data da outorga	A definir
Quantidades de opções a serem outorgadas	134697
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	imediato após a outorga
Prazo máximo para exercício das opções	n/a
Prazo de restrição para transferência das opções	n/a
Preço médio ponderado do exercício:	
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	n/a
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	n/a
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	R\$0,34/unit
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	n/a
Valor justo das opções na data da outorga	R\$ 0,34/unit
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções de outorgas	0%

*Este item do Formulário de Referência poderá vir a ser alterado em função das outorgas de opções de compra de ações realizadas mediante deliberação do Conselho de Administração”.

Em relação ao Programa 2011:

Remuneração baseada em ações – exercício social encerrado em 31/12/2013:

Remuneração baseada em ações - exercício social encerrado em 31/12/2013				
Diretoria Estatutária				
Nº de membros de tiveram opções outorgadas	3	5	4	5
Data da outorga	30/04/2013	31/05/2013	31/08/2013	31/10/2013
Quantidade de opções outorgadas	20.758 units	45.178 units	151.740 units	33.996 units
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	imediato após a outorga	imediato após a outorga	imediato após outorga	imediato após outorga
Prazo máximo para exercício das opções	n/a	n/a	n/a	n/a
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a	n/a	n/a
Preço médio ponderado de exercício:				
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	n/a	n/a	n/a	n/a
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	n/a	n/a	n/a	n/a
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	R\$ 0,34/ unit	R\$ 0,34/ unit	R\$ 0,34/ unit	R\$ 0,34/ unit
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor justo das opções na data da outorga	R\$ 0,34/ unit	R\$ 0,34/ unit	R\$ 0,34/ unit	R\$ 0,34/ unit
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

* Não haverá opções a serem outorgadas a membros do Conselho de Administração

Remuneração baseada em ações – exercício social encerrado em 31/12/2012:

Diretoria Estatutária			
Nº de membros que tiveram opções outorgadas	1	1	3
Data da outorga	26/01/2012	01/03/2012	30/05/2012
Quantidade de opções outorgadas	22.890	54.000 units	3.144 units
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	imediato após a outorga	10.000 units em 01/03/2012 e 5.500 units do restante (44.000) a cada 6 meses a partir de 14.01.2012	imediato após outorga
Prazo máximo para exercício das opções	n/a	n/a	n/a
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a	n/a
Preço médio ponderado de exercício:			
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	n/a	n/a	n/a
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	n/a	n/a	n/a
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	R\$ 0,34/ unit	R\$ 0,34/ unit	R\$ 0,34/ unit
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	n/a	n/a	n/a
Valor justo das opções na data da outorga	R\$ 0,34/ unit	R\$ 0,34/ unit	R\$ 0,34/ unit
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	0,00%	0,00%	0,00%

* Não houve opções outorgadas a membros do Conselho de Administração

Remuneração baseada em ações - exercícios sociais encerrados em 31/11 e 2010:

Diretoria Estatutária				
Nº de membros que tiveram opções outorgadas	3	1	1	4
Data da outorga	10/08/2011 ⁽¹⁾	09/06/2011	04/04/2011	08/12/2010
Quantidade de opções outorgadas	62.847 units	48.000 units	125.000 units	147.450 units
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	imediato após outorga	25% do total a cada 6 meses a partir de 04.04.2011	imediato após outorga	imediato após outorga
Prazo máximo para exercício das opções	n/a	n/a	n/a	n/a
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a	n/a	n/a
Preço médio ponderado de exercício:				
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	n/a	n/a	n/a	n/a
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	n/a	n/a	n/a	n/a
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	R\$ 0,34/ unit	R\$ 0,34/ unit	R\$ 0,34/ unit	R\$ 0,34/ unit
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor justo das opções na data da outorga	R\$ 0,34/ unit	R\$ 0,34/ unit	R\$ 0,34/ unit	R\$ 0,34/ unit
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

⁽¹⁾ Quantidade de units outorgadas rratificadas em RCA de 15/08/2011.

13.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social: (a) órgão; (b) número de membros; (c) em relação as opções não exercíveis; (i) quantidade; (ii) data que se tornarão exercíveis; (iii) prazo máximo para exercício das opções; (iv) prazo de restrição à transferência das ações; (v) prazo médio ponderado de exercício; (vi) valor justo das opções no último dia do exercício social; (d) em relação às opções exercíveis; (I) quantidade; (II) prazo máximo para exercício das opções; (III) prazo de restrição à transferência das ações; (IV) preço médio ponderado de exercício; (V) valor justo das opções no último dia do exercício social; (VI) valor justo do total das opções no último dia do exercício social.

Opções em aberto ao final do exercício social encerrado em 31/12/2013	
Diretoria Estatutária	
Nº de membros	5
Opções ainda não exercíveis	
Quantidade	21.500 units
Data em que se tornarão exercíveis	a cada 6 meses a partir de 02 de janeiro de 2014
Prazo máximo para exercício das opções	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A
Preço médio ponderado de exercício	R\$ 0,34 por unit
Valor justo das opções no último dia do exercício social	R\$ 49,00 por unit
Opções exercíveis	
Quantidade	N/A
Przo máximo para exercício das opções	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	N/A

Opções em aberto ao final do exercício social encerrado em 31/12/2012

Diretoria Estatutária	
Nº de membros	2
Opções ainda não exercíveis	
Quantidade	50.500 units ⁽¹⁾
Data em que se tornarão exercíveis	⁽²⁾
Prazo máximo para exercício das opções	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A
Preço médio ponderado de exercício	R\$0,34/unit
Valor justo das opções no último dia do exercício social	R\$0,34/unit
Opções exercíveis ⁽³⁾	
Quantidade	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	N/A

⁽¹⁾ Quantidade restante das 48.000 units outorgadas em RCA 09.06.2011. Vide item 13.6. + restantes das 54.000 units outorgadas em RCA 01.03.2012.

⁽²⁾ Conforme regras das outorgas realizadas em RCA 09.06.2011 e RCA 01.03.2012, por se tratar da continuação destas. Vide item 13.6.

⁽³⁾ Não houve opções exercíveis ao final do exercício social encerrado em 31.12.2012.

13.8. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais: (a) órgão; (b) número de membros; (c) em relação as opções exercidas: (i) número de ações; (ii) preço médio ponderado de exercício; e (iii) valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas; (d) em relação às ações entregues informar: (I) número de ações; (II) preço médio ponderado de aquisição; e (III) valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas.

Opções exercidas – exercício social encerrado em 31/12/2013

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº de membros	--	4,75
Opções exercidas	--	
Número de ações	--	196.092 ONs 392.184 PNs
Preço médio ponderado de exercício	--	R\$0,34/ unit
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	--	R\$37,30
Ações entregues	--	
Número de ações entregues	--	196.092 ONs 392.184 PNs
Preço médio ponderado de aquisição	--	R\$0,34/ unit
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	--	R\$37,30

Opções exercidas – exercício social encerrado em 31/12/2012

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
--	---------------------------	-----------------------

Nº de membros	--	5
Opções exercidas	--	
Número de ações	--	106.847 ONs 213.694 PNs
Preço médio ponderado de exercício	--	R\$0,34/ unit
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	--	R\$31,45
Ações entregues	--	
Número de ações entregues	--	106.847 ONs 213.694 PNs
Preço médio ponderado de aquisição	--	R\$0,34/ unit
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	--	R\$31,45

Opções exercidas – exercício social encerrado em 31/12/2011

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº de membros	--	4
Opções exercidas	--	
Número de ações	--	335.297 ONs 670.594 PNs
Preço médio ponderado de exercício	--	R\$ 0,34/ unit
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	--	26,34
Ações entregues	--	
Número de ações entregues	--	335.297 ONs 670.594 PNs
Preço médio ponderado de aquisição	--	R\$ 0,34/ unit
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	--	26,34

13.9. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções: (a) modelo de precificação; (b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco; (c) método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados do exercício antecipado; (d) forma de determinação da volatilidade esperada; (e) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo.

A Companhia não utiliza modelos de precificação para as opções de compra de ações. Vide item 13.4.

13.10. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de

administração e aos diretores estatutários, incluir as seguintes informações: (a) órgão; (b) número de membros; (c) nome do plano; (d) quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar; (e) condições para se aposentar antecipadamente; (f) valor atualizado das contribuições atualizadas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores; (g) valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores; e (h) se há possibilidade de resgate antecipado e quais as condições.

A Companhia não oferece planos de previdência aos membros do conselho de administração ou aos diretores estatutários.

13.11. Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal.

	2013		2012		2011	
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Numero de membros	13,25	4,75	13,91	4,91	9,33	5,83
Valor da maior remuneração individual (em R\$)	R\$ 70.000,00	R\$ 2.629.631,45	R\$ 118.000,00	R\$ 1.223.553,66	R\$ 60.000,00	R\$ 6.894.686,68
Valor da menor remuneração individual (em R\$)	R\$ 44.000,00	R\$ 1.374.152,10	R\$ 96.000,00	R\$ 1.866,00	R\$ 60.000,00	R\$ 128.700,00
Valor da médio remuneração individual (em R\$)	R\$ 57.000,00	R\$ 2.002.429,32	R\$ 107.000,00	R\$ 456.624,21	R\$ 60.000,00	R\$ 1.397.774,18

13.12. Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria (inclusive consequências financeiras para a Companhia):

Não aplicável.

13.13. Percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto:

Órgão	dez/13	dez/12	dez/11
Diretoria Estatutária	99%	0%	31%
Conselho de Administração*	1%	0%	0%
Conselho Fiscal	-	-	-

* Em 2013, apenas dois membros do Conselho de Administração foram remunerados.

13.14. Valores reconhecidos no resultado da Companhia como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados:

Não Aplicável

13.15. Valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal da Companhia, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos:

Não Aplicável.

13.16. Fornecer outras informações que a Companhia julgue relevantes:

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

ANEXO IV

Informações sobre Membros do Conselho de Administração da Companhia indicados para eleição (conforme itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência)

<u>Nome</u>	<u>Idade</u>	<u>Profissão</u>	<u>CPF/MF</u>	<u>Cargo eletivo ocupado</u>	<u>Data de Eleição</u>	<u>Data de Posse</u>	<u>Prazo do Mandato</u>	<u>Outros cargos ou funções exercidos no emissor</u>	<u>Indicação se foi eleito pelo Controladores ou não</u>
Ricardo Lopes Delneri	43	Administrador de empresas	157.602.498-94	Membro Efetivo do Conselho de Administração	20.03.2014	20.03.2014	2 anos	Comitês de Gestão, Talentos e Remuneração e Financeiro	Sim
Vinicius Santos Silva	37	Engenheiro de telecomunicações	071.121.897-80	Membro Suplente do Conselho de Administração	20.03.2014	20.03.2014	2 anos	--	Sim
Renato do Amaral Figueiredo	43	Engenheiro	146.623.258-70	Membro Efetivo do Conselho de Administração	20.03.2014	20.03.2014	2 anos	Comitês de Auditoria e Compliance, Novas Tecnologias e Prospecção e	Sim

<u>Nome</u>	<u>Idade</u>	<u>Profissão</u>	<u>CPF/MF</u>	<u>Cargo eletivo ocupado</u>	<u>Data de Eleição</u>	<u>Data de Posse</u>	<u>Prazo do Mandato</u>	<u>Outros cargos ou funções exercidos no emissor</u>	<u>Indicação se foi eleito pelo Controladores ou não</u>
								Engenharia e Operação	
Daniel Teruo Famano	34	Engenheiro	299.262.938-32	Membro Suplente do Conselho de Administração	20.03.2014	20.03.2014	2 anos	Comitês Gestão, Talentos e Remuneração, Financeiro, Comitê de Auditoria e Compliance, Novas Tecnologias e Prospecção e Engenharia e Operação	Sim
Evandro Leite Vasconcelos	57	Engenheiro Civil	251.704.146-68	Membro Efetivo do Conselho de Administração	20.03.2014	20.03.2014	2 anos	Comitê de Gestão	Sim

<u>Nome</u>	<u>Idade</u>	<u>Profissão</u>	<u>CPF/MF</u>	<u>Cargo eletivo ocupado</u>	<u>Data de Eleição</u>	<u>Data de Posse</u>	<u>Prazo do Mandato</u>	<u>Outros cargos ou funções exercidos no emissor</u>	<u>Indicação se foi eleito pelo Controladores ou não</u>
Tiago de Sousa Guedes	29	Economista	105.038.497-07	Membro Suplente do Conselho de Administração	20.03.2014	20.03.2014	2 anos	--	Sim
André Rocha Mahmoud	48	Contador	851.819.517-91	Membro Efetivo do Conselho de Administração	20.03.2014	20.03.2014	2 anos	Comitê de Auditoria e Compliance	Sim
Ana Silvia Corso Matte	55	Advogada	263.636.150-20	Membro Suplente do Conselho de Administração	20.03.2014	20.03.2014	2 anos	Comitê de Talentos e Remuneração	Sim
Gilberto José Cardoso	44	Engenheiro Eletricista	278.407.606-78	Membro Efetivo do Conselho de Administração	20.03.2014	20.03.2014	2 anos	Comitê de Engenharia e Operação	Sim
Douglas Braga Ferraz	39	Engenheiro Eletricista	788.887.516-53	Membro Suplente do Conselho de Administração	20.03.2014	20.03.2014	2 anos	Comitês Auditoria e Compliance, Financeiro, Talentos e	Sim

<u>Nome</u>	<u>Idade</u>	<u>Profissão</u>	<u>CPF/MF</u>	<u>Cargo eletivo ocupado</u>	<u>Data de Eleição</u>	<u>Data de Posse</u>	<u>Prazo do Mandato</u>	<u>Outros cargos ou funções exercidos no emissor</u>	<u>Indicação se foi eleito pelo Controladores ou não</u>
								Remuneração e Novas Tecnologias e Prospecção	
Luiz Fernando Rolla	65	Engenheiro Eletricista	195.805.686- 34	Membro Efetivo do Conselho de Administração	20.03.2014	20.03.2014	2 anos		Sim
Marcelo Pereira de Carvalho	44	Economista	720.444.116- 87	Membro Suplente do Conselho de Administração	20.03.2014	20.03.2014	2 anos		Sim
Geoffrey David Cleaver	52	Administrador de Empresas	063.631.758- 79	Membro Efetivo do Conselho de Administração	20.03.2014	20.03.2014	2 anos		Sim
Carlos José Teixeira Correa	48	Economista	844.493.577- 87	Membro Suplente do Conselho de Administração	20.03.2014	20.03.2014	2 anos		Sim

<u>Nome</u>	<u>Idade</u>	<u>Profissão</u>	<u>CPF/MF</u>	<u>Cargo eletivo ocupado</u>	<u>Data de Eleição</u>	<u>Data de Posse</u>	<u>Prazo do Mandato</u>	<u>Outros cargos ou funções exercidos no emissor</u>	<u>Indicação se foi eleito pelo Controladores ou não</u>
Alexandre Braghetta	46	Engenheiro	136.417.308.5 6	Membro Efetivo do Conselho de Administração	20.03.2014	20.03.2014	2 anos		Não
Rodrigo Matos Huet de Bacellar	39	Engenheiro de Produção	068.386.827- 61	Membro Efetivo do Conselho de Administração	20.03.2014	20.03.2014	2 anos		Não
Joaquim Dias de Castro	35	Economista	909.933.140- 15	Membro Suplente do Conselho de Administração	20.03.2014	20.03.2014	2 anos		Não

Item 12.7. MEMBROS DOS COMITÊS ESTATUTÁRIOS, COMITÊS DE AUDITORIA, COMITÊS DE RISCO, COMITÊS FINANCEIRO E COMITÊ DE REMUNERAÇÃO:

Todos os comitês estatutários da Companhia serão compostos por membros do Conselho de Administração.

Item 12.8. ADMINISTRADORES E MEMBROS DO CONSELHO FISCAL :

a) currículos, incluindo: (i) principais experiências profissionais durante os últimos cinco anos, indicando: nome da empresa, cargo e funções inerentes ao cargo, atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram destacando as sociedades ou organizações que integram (I) o grupo econômico da companhia, ou (II) de sócios com participação direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários da Companhia; (ii) indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenham ocupado em companhias abertas.

Currículos dos membros do Conselho de Administração indicados para eleição:

1. RICARDO LOPES DELNERI

Administrador de empresas, formado pela Fundação Armando Alvares Penteado – FAAP. Atua no setor elétrico brasileiro desde 2000 por meio da criação da Enerbrás Centrais Elétricas S.A. É Diretor da Associação dos Pequenos e Médios Produtores de Energia – APMPE e participa ativamente da instituição e aprimoramento dos marcos regulatório das fontes renováveis de energia no Brasil.

2. VINICIUS SANTOS SILVA

Engenheiro de telecomunicações formado pelo Instituto militar de engenharia do Rio de Janeiro, concluiu MBA pela The Wharton School, Filadélfia.

3. RENATO DO AMARAL FIGUEIREDO

Engenheiro elétrico formado pela Fundação Armando Alvares Penteado – FAAP. Atua no setor elétrico brasileiro desde 2000 por meio da criação da Enerbrás Centrais Elétricas S.A. É Diretor de Energia na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP, Vice-Presidente do Conselho da Associação Brasileira de Energia Eólica – ABEEÓLICA e é conselheiro na Câmara Técnica de Energia – Conselho de Desenvolvimento Industrial – CDI do estado da Bahia.

4. DANIEL TERUO FAMANO

Engenheiro de materiais formado pela Escola Politécnica da USP e certificado pelo PLD

(Program for Leadership Development) na Harvard Business School. De 2009 a 2013 foi responsável pela Superintendência de Finanças Corporativas e RI da Renova Energia S.A. Anteriormente atuou na área de M&A da Iguatemi Empresa de Shopping Centers e na área de desenvolvimento e gestão de produtos da Telefônica.

5. EVANDRO LEITE VASCONCELOS

Engenheiro civil, formado pela Universidade Federal de Minas Gerais, mestre em engenharia de recursos hídricos pela COPPE/UFRJ (1989) e MBA em gestão empresarial pela Fundação Getúlio Vargas-FGV. É Diretor de Energia da Light, foi professor de física do Sistema Pitágoras de Ensino e professor de Hidrologia no curso de Engenharia Civil do Instituto Politécnico da PUC-Minas. Trabalhou na Cemig de 1983 a 2010, ocupando a Gerência da Divisão de Hidrometeorologia Operacional e também a do Departamento de Planejamento Energético, foi Superintendente de Coordenação de Geração e Transmissão e também Superintendente de Transmissão, Superintendente de Geração, Superintendente de Planejamento e Operação de Geração e Transmissão. Foi Diretor de Geração e Diretor-Presidente da Empresa Rosal Energia S.A., empresa subsidiária da CEMIG.

6. TIAGO DE SOUSA GUEDES

Economista formado pela Universidade Federal Fluminense - UFF e Mestre em Economia pelo IBMEC (2009). Desde junho de 2013 atua como Especialista de Desenvolvimento de Novos Negócios na Light. Foi Consultor Financeiro na InvestimentosNaPrática.com. Trabalhou como Analista Financeiro na Oi S.A e possui mais de cinco anos de experiência em mercados de capitais, tendo atuado como consultor de investimentos autônomo e como *broker* em corretoras de valores como Intra (Citibank) e Ativa.

7. ANDRÉ ROCHA MAHMOUD

Contador formado pela UNIVERSO e licenciado em Administração pela FACEN. Concluiu MBA em Gestão de Negócios pelo IBMEC e em Marketing pela Fundação Getúlio Vargas-FGV. É Superintendente de Auditoria Interna e Controle da Light Serviços de Eletricidade S.A., responsável pelo Canal Corporativo (Canal de Denúncias) e membro do comitê de ética. É também Vice-Coordenador do Comitê de Auditoria da Norte Energia S.A. (Eleito em 24/04/2012), membro do Conselho Fiscal da Energia Olímpica S.A. (Eleito em 27/01/2014) e Coordenador do Comitê de Auditoria *Compliance* da Renova Energia S.A. Foi Diretor da Ernst &

Young Assessoria Empresarial Ltda., Gerente da Tele Norte Leste Participações S.A. (Atual Oi), Diretor da Interunion Virtual S.A. – Serviços de Telemarketing e auditor nas empresas Banco Bozano Simonsen S.A. e Ernst & Young Auditores Independentes S/C.

8. ANA SILVIA CORSO MATTE

Advogada formada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS, pós-graduada em Recursos Humanos pela PUC-IAG-RJ, concluiu MBA em gestão pelo PDG-EXEC (hoje, IBMEC-RJ) e concluiu o PGA-Programa de Gestão Avançada para executivos no INSEAD-França. É membro do Conselho de Administração da CEMIG-Telecom, e sócia-diretora da consultoria Ana Silvia Matte Consultoria em Gestão Ltda., foi Diretora de Gente da Light S.A. Atuou como Diretora de Recursos Humanos nas empresas TelSul Telecomunicações, Sendas S.A. e CSN-Cia Siderúrgica Nacional

9. GILBERTO JOSÉ CARDOSO

Engenheiro eletricitista, formado pela Universidade Federal de Minas Gerais. Em 1997 foi graduado em direito pela Faculdade de Direito do Sul de Minas e em 2006 concluiu MBA em Gestão de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas. Iniciou a vida profissional em 1977 como técnico em eletrônica, pela Escola Técnica Federal de Minas Gerais, na PETROBRÁS – Refinaria Gabriel Passos no Setor de Instrumentação Eletrônica. De 1978 a 1983 trabalhou na USIMINAS S.A. – Setor de Laminação; Mineração Morro Velho S.A. – Setor de Manutenção Elétrica; Philco Indústria Brasileira de Semicondutores S.A. – Departamento de Engenharia do Produto; Burroughs Computadores S.A., como Analista de Sistemas para mainframes e Gênese Automação e Sistemas Ltda., como engenheiro diretor técnico. É empregado da CEMIG desde 1983, tendo exercido os cargos de engenheiro eletricitista na divisão de apoio técnico às grandes instalações de produção e transformação; engenheiro chefe de seção de operação e manutenção de pequenas centrais hidrelétricas; gerente regional de usinas hidrelétricas; superintendente de engenharia de manutenção e de expansão da geração e transmissão e superintendente de desenvolvimento de negócios de geração. Participou de diversos programas de treinamento executivo, com destaque para o Curso de Liderança para Executivos pela Fundação Dom Cabral em 2007; Conselheiros de Administração pelo IBGC em 2009 e Trilhas Internacionais pelo INSEAD em 2010. É membro dos Conselhos de Administração da Light S.A. e Santo Antônio Energia S.A.

10. DOUGLAS BRAGA FERRAZ

Engenheiro eletricitista, formado pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Pós-Graduação Lato Sensu - MBA Executivo em Gestão Estratégica de Negócios pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. Formado em direito pela Fundação Mineira de Educação e Cultura Universidade FUMEC. De 2008 a 2011 foi responsável pela gestão de empreendimentos da CEMIG Geração e Transmissão S.A., e é atualmente Gestor de Desenvolvimento de Negócios de Geração, bem como é o responsável por representar a CEMIG nos conselhos de administração e comitês das empresas controladas e coligadas.

11. LUIZ FERNADO ROLLA

Engenheiro formado pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG e pós-graduado em engenharia econômica e processamento de dados. Atua na CEMIG desde 1975, envolvido, entre outros, com coordenação do planejamento do sistema elétrico, processo de captação de recursos no mercado internacional e relações com investidores. Em 2009 foi eleito presidente do Instituto Brasileiro de Relações com Investidores - IBRI.

12. MARCELO PEREIRA DE CARVALHO

Economista, formado pela Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES. Em 2002 concluiu MBA em Gestão de Micro e Pequena Empresa pela Universidade Federal de Lavras – UFLA, e em 2012 o MBA em Gestão Financeira, Controladoria e Auditoria pela Fundação Getúlio Vargas. Atua na CEMIG desde 1987, onde iniciou sua vida profissional como técnico de operação de estações. Desde então exerceu diversas funções, sendo hoje analista de procedimentos institucionais e regulatórios e analista econômico financeiro. Participou de programas de treinamento executivo, dentre os quais o Curso de Regulação e Negócios no setor de energia elétrica da Fundação Getúlio Vargas em 2007 e Conselheiro de Administração pelo IBGC em 2010.

13. GEOFFREY DAVID CLEAVER

Administrador de empresas, formado pela FAAP em 1984. É Superintendente Executivo do Banco Santander (Brasil) S.A, onde é responsável, desde 2004, pela área de gestão de FIPs do Banco Santander (Brasil). Nesta função responde pela administração do InfraBrasil – Fundo de

Investimento em Participações S.A. e pela gestão do Fundo de Investimento em Participações Caixa Ambiental, ambos os fundos dedicados para setores de infraestrutura. Ingressou no Banco Real (sucedido por incorporação pelo Banco Santander (Brasil) S.A.) no final de 2004, após ter trabalhado por mais de oito anos no Latin America Enterprise Fund Managers, um gestor de fundos de private equity para a América Latina. No Latin America Enterprise Fund Managers foi co-responsável pela carteira de investimentos dos fundos LAEF I e LAEF II no Brasil, que detinham participações nas seguintes empresas: Drogasil, Microlite, Cinemark Brasil, Tecto, Officenet e Mastersaf. Anteriormente trabalhou por dez anos no Banco J.P. Morgan S.A., nas áreas de investment banking e private equity.

14. CARLOS JOSÉ TEIXEIRA CORREA

Economista formado pela Faculdade de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), possuindo MBA Executivo pelo IBMEC SP. Foi funcionário do Banco Real S/A, onde atuou como Gerente de Relacionamento e na área de operações estruturadas da Diretoria de Comércio Exterior, e do Wholesale Bank – Segmento Químico e Petroquímico. Participou da equipe Corporate Local do Banco ABN AMRO Real S/A, oportunidade na qual realizou o desenvolvimento do seguimento de Energia Renovável, sendo o responsável no Brasil pela avaliação e estruturação de todos os projetos originados na área comercial. Ao final do ano de 2006 passou a integrar a equipe de Gestão do Fundo de Investimentos em Participações InfraBrasil, onde exerce a posição de Superintendente de Investimentos. É membro do Grupo de Trabalho em Infraestrutura ABDIB/ABVCAP e Coordenador do Comitê Executivo de Infraestrutura da Associação Brasileira de Venture Capital – ABVCAP.

15. ALEXANDRE BRAGHETTA

Engenheiro metalúrgico formado pela Universidade de São Paulo (USP) e cursou MBA Executivo na Fundação Getúlio Vargas - FGV. É sócio e membro do Comitê de Investimentos da Explora Investimentos Gestão de Recursos Ltda., com 21 anos de experiência em análise. Anteriormente, foi Analista Sênior de Equity Research no Citigroup e Legg Masson Asset Management nos quais ele era responsável por cobrir os setores de Commodities e Utilities nos mercados emergentes. Durante 9 anos no time de Global Research no Citigroup, trabalhou em Nova Iorque, Londres e São Paulo. Anteriormente, trabalhou por 5 anos como Analista no Banco Santander em São Paulo.

16. RODRIGO MATOS HUET DE BACELLAR

Engenheiro de produção, formado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, com pós-graduação em finanças pela FGV e MBA pela Coppead/UFRJ, 37 anos, exerce a função de Superintendente da Área de Insumos Básicos do BNDES, responsável pelos financiamentos aos setores de Petróleo e Gás; Bens de Capital sob Encomenda; Siderurgia, Mineração e Cimento; Química e Petroquímica; Papel e Celulose. Foi analista financeiro do Banco BBM Investimentos, no Rio de Janeiro. Ingressou no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES por concurso público, em março de 2000, e desde então exerceu diversos cargos executivos, com atuação voltada à indústria de base e ao setor de petróleo e gás. Foi chefe do departamento de operações por Internet, responsável pelo Cartão BNDES, durante quatro anos. Não exerce qualquer mandato em Conselho Fiscal ou Conselho de Administração de nenhuma empresa.

17. JOAQUIM DIAS DE CASTRO

Economista pela UFRGS graduado em 2000 e mestre em economia pela EPGE-FGV/RJ com formação em janeiro de 2008, 34 anos, exerce a função de Gerente na Área de Mercado de Capitais do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES desde 2007. Atualmente exerce mandato de Conselho Fiscal nas seguintes companhias: (i) AES Eletropaulo como Efetivo desde abril de 2011; (ii) AES Tiete como Suplente desde abril de 2012 e (iii) Lupatech S.A. como Suplente desde abril de 2012. Anteriormente exerceu os seguintes cargos em outras companhias abertas: (i) Tele Norte Leste Participações S.A. e Telemar Participações S.A.: membro do Comitê de Finanças e dos Conselhos de Administração de abril de 2008 até abril de 2011; (ii) CTX Participações S.A.: membro do Conselho de Administração de abril de 2008 até fevereiro de 2011; (iii) Rede Energia S.A.: membro do Conselho de Administração e do Comitê de Gestão de abril de 2008 até fevereiro de 2012; (iv) Light Energia S.A.: membro do Conselho de Administração de abril de 2008 até abril de 2012.

b) Ocorrência de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 cinco anos: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; e (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Não se aplica.

Item 12.9 – Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até segundo grau entre:

Não se aplica.

Item 12.10 – Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas nos últimos 3 exercícios sociais entre administradores do emissor e (a) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor; (b) controlador direto ou indireto do

emissor; e (c) caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas:

Os Srs. Joaquim Dias de Castro e Rodrigo Matos Huet de Bacellar, acima qualificados, são subordinados ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, credor relevante da Companhia.

O Sr. Daniel Teruo Famano presta serviços como consultor para a controladora direta RR Participações S.A.

Evandro Leite Vasconcelos é Diretor da Light Energia S.A.

Tiago de Sousa Guedes é Especialista de Novos Negócios na Light S.A.

Ana Silvia Corso Matte presta serviços como consultora para Light S.A.

Gilberto José Cardoso é funcionário da CEMIG.

Douglas Braga Ferraz é Gestor de Desenvolvimento de Negócios na CEMIG.

Luiz Fernando Rolla é Diretor na CEMIG.

Marcelo Pereira de Carvalho é funcionário na CEMIG.